

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Júlia Luiza Rusch

**ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA BANCÁRIO  
NACIONAL APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REAL (1994-  
2017)**

Santa Maria, RS.  
2018

**Júlia Luiza Rusch**

**ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL  
APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REAL (1994-2017)**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de **Bacharel em Ciências Econômicas**, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) Campus Santa Maria- RS.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>Dr.<sup>a</sup> Sibeles Vasconcelos de Oliveira

Santa Maria, RS.  
2018

**Júlia Luiza Rusch**

**ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL  
APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REAL (1994-2017)**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de **Bacharel em Ciências Econômicas**, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) Campus Santa Maria- RS.

**Aprovado em 04 de julho de 2018**

---

**Sibele Vasconcelos de Oliveira, Dra. (UFSM)**  
(Presidente/ Orientadora)

---

**Elder Estevão de Mello, Msc (UFSM)**

---

**Rita Inês PaetzhholdPauli, Dra. (UFSM)**

Santa Maria, RS.  
2018

## DEDICATÓRIA

Primeiro, a todos que acreditam que é possível construir um país melhor;  
Segundo, a toda e qualquer pessoa que por algum motivo contribuiu para que esse sonho se realizasse, em especial a minha mãe querida Miriana, a meu pai Daniel, a meu irmão Leonardo, a meu Namorado Roberto, à Dona Ivone e também à minha querida orientadora Sibeles da qual partiu esforços gigantescos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus que sempre me protegeu e me deu forças para lutar e conquistar meus sonhos, sem ele eu nada seria.

Agradeço a minha família, em especial meus pais, que sempre estiveram do meu lado, sempre me incentivando, me dizendo o quanto eu era capaz de conquistar tudo que eu quisesse e que com muito esforço me deram a chance de poder estudar e agora concretizar essa conquista que é o diploma de bacharel no curso de Ciências Econômicas.

Agradeço do fundo do meu coração ao meu querido namorado por todo o apoio, paciência, dedicação e amor que teve comigo ao longo dos anos de graduação, foram noites sem dormir, e fins de semana trancada na sala estudando, mas foi cada abraço teu de incentivo que me fizeram chegar aqui hoje, saibas que te amo muito.

Agradeço a minha querida sogra, que muitas vezes se fez presente deixando tudo pronto para que eu pudesse estudar.

Agradeço aos meus colegas e amigos que conquistei ao longo desses anos de graduação, estes fizeram com que os anos de estudos se tornassem mais fáceis e divertidos, cada um estará sempre no meu coração.

Agradeço a todos os meus professores, que sem o auxílio e conhecimento de vocês, eu não teria chegado ao final desse curso com a certeza que eu fiz a escolha certa para minha vida.

Agradeço a minha amada orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Sibeles V. de Oliveira, primeiro porque aceitou o desafio da orientação mesmo com seus compromissos, segundo pela sua total dedicação como professor dentro e fora de sala de aula.

Agradeço a qualquer pessoa que em algum momento contribuiu para que eu crescesse como pessoa e pudesse chegar onde estou hoje, é longa a jornada da vida, e muitas são as contribuições ao longo dela, portanto agradeço de coração todos que passaram pela minha vida e deixaram seu melhor.

E por último, agradeço a minha coragem de encarar os novos desafios e a determinação de conquistá-los, sem isso, não seria quem sou hoje.

*Sonhos determinam o que você quer.  
Ação determina o que você conquista.*

*(Aldo Novak)*

## RESUMO

### ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REAL (1994-2017)

Autora: Júlia Luíza Rusch

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>Dr.<sup>a</sup> Sibeles Vasconcelos de Oliveira

Durante a década de 1980, o setor bancário brasileiro obteve ganhos extraordinários, advindos das receitas de *floating*. Com a estabilização macroeconômica de meados de 1990, as organizações bancárias precisaram adotar estratégias para enfrentamento às mudanças institucionais adotadas pelo Plano Real. Destarte, o presente estudo propõe-se analisar as transformações e o processo de reestruturação do sistema bancário no Brasil no período de 1994 a 2017. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica, bem como a coleta e análise de dados secundários sobre o setor bancário. Empregaram-se técnicas de estatística descritiva para a análise das variáveis associadas ao desempenho dos bancos, a saber, as receitas com prestações de serviços, receitas com operações de crédito e depósitos à vista. A análise histórica demonstra que as fontes de captação de renda dos bancos são variadas e que não dependiam somente das receitas com *floating*, de forma que as instituições bancárias conseguiram manter seus resultados positivos mesmo depois da redução da inflação. Após lançamento do Plano Real, os bancos aumentaram suas carteiras de crédito ao consumidor e investiram para garantir a existência desses créditos, criando carteiras de investimento. Ademais, observou-se no período que muitos governos estaduais, para poder quitar suas dívidas, realizaram incorporações, vendas ou extinção de suas instituições estaduais do sistema bancário nacional. Por fim, ressalta-se a associação linear existente entre o comportamento do desempenho dos bancos brasileiros e as variáveis macroeconômicas do país, tais como o PIB, inflação, taxa de juros nominal, taxa de juros de depósitos e poupança bruta nacional.

**Palavras-chave:** Reestruturação Bancária. Estabilização macroeconômica. Sistema financeiro nacional. Brasil.

## ABSTRACT

### ANALYSIS OF THE TRANSFORMATIONS OF THE NATIONAL BANKING SYSTEM AFTER THE IMPLEMENTATION OF THE REAL PLAN (1994-2017)

AUTHOR: Júlia Luíza Rusch

ADVISOR: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sibeles Vasconcelos de Oliveira

During the 1980s, the Brazilian banking sector made extraordinary gains from floating revenues. With the macroeconomic stabilization of the mid-1990s, banking organizations needed to adopt strategies to cope with the institutional changes adopted by the Real Plan. Thus, the present study proposes to analyze the transformations and the process of restructuring of the banking system in Brazil from 1994 to 2017. For this, a bibliographical research was done, as well as the collection and analysis of secondary data on the banking sector. Descriptive statistics techniques were used to analyze the variables associated with the performance of banks, namely revenues from services rendered, revenues from credit operations and demand deposits. The results show that banks' sources of income are varied and depended not only on floating revenues, so that banks were able to maintain their positive results even after the reduction of inflation. After the launch of the Real Plan, banks increased their consumer credit portfolios, also invested to guarantee the existence of these credits, creating investment portfolios for savers to see a profit in investing in their assets. In addition, it was observed in the period that many state governments, to be able to pay their debts, realized incorporations, sales or extinction of their state institutions of the national banking system. Finally, the linear association between the performance of Brazilian banks and the macroeconomic variables of the country, such as GDP, inflation, nominal interest rates, deposit interest rates and national gross savings, is highlighted.

**Keywords:** Banking Restructuring. Macroeconomic stabilization. National financial system. Brazil.



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Receita de Serviços, Receita de Operações de crédito e Depósitos à vista do Banco do Brasil S.A. de dezembro de 1994 a dezembro de 2017. ....	44
Gráfico 2- Receita de Serviços, Receita de Operações de crédito e Depósitos à vista do banco Caixa Econômica Federal de dezembro de 1994 a dezembro de 2017. ....	46
Gráfico 3- Receita de Serviços, Receita de Operações de crédito e Depósitos à vista do banco Bamerindus de dezembro de 1994 a dezembro de 2017. ....	47
Gráfico 4- Receita de Serviços, Receita de Operações de crédito e Depósitos à vista do banco Banorte de dezembro de 1994 a dezembro de 2017. ....	48
Gráfico 5- Receita de Serviços, Receita de Operações de crédito e Depósitos à vista do banco de Crédito Nacional (BCN) de dezembro de 1994 a dezembro de 2017. ....	50
Gráfico 6- Receita de Serviços, Receita de Operações de crédito e Depósitos à vista do banco Bradesco de dezembro de 1994 a dezembro de 2017. ....	53
Gráfico 7- Receita de Serviços, Receita de Operações de crédito e Depósitos à vista do Banco do Estado de São Paulo de dezembro de 1994 a dezembro de 2017. ....	54
Gráfico 8- Receita de Serviços, Receita de Operações de crédito e Depósitos à vista do banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ) de dezembro de 1994 a dezembro de 2017. ....	56
Gráfico 9- Receita de Serviços, Receita de Operações de crédito e Depósitos à vista do Banco do Nordeste do Brasil S.A. de dezembro de 1994 a dezembro de 2017. ....	58
Gráfico 10- Receita de Serviços, Receita de Operações de crédito e Depósitos à vista do Banco Itaú S.A. de dezembro de 1994 a dezembro de 2017. ....	60

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1-Operações realizadas com o financiamento do PROER (Jul/1994 - Mai/1997) .....	25
Quadro 2- Os Dez Maiores Bancos do Brasil ao longo dos anos 1970, 1980 e 1990, levando em consideração os valores totais das operações de depósitos e empréstimos. ....	36

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Agregados macroeconômicos brasileiros anuais em porcentagem (%) .....	32
Tabela 2 - Número de instituições financeiras no Brasil (Dez/1988 – Jun/1994).....	33
Tabela 3- Receitas de Serviços, de Operações de crédito e de Floating(1994-1995) para os dez grandes bancos do Brasil.....	41
Tabela 4 - Recolhimentos compulsórios no Brasil – alíquotas para os meses de dezembro de 1994 a 2015 .....	62
Tabela 5- Crescimento do PIB em porcentagem (%), inflação em porcentagem (%), taxa de juros nominal em porcentagem (%), taxa de câmbio (R\$/US\$), taxa de juros de depósitos em porcentagem (%), poupança bruta em porcentagem (%) do PIB e dívida pública total em porcentagem (%) do PIB nos anos de 1990 ate 2016 para o Brasil.....	64
Tabela 6– Coeficiente de correlação entre as variáveis macroeconômicas e as três variáveis de desempenho dos maiores bancos brasileiros (1994-2017). .....	70

## LISTA DE SIGLAS

Bandepe – Banco do Estado do Pernambuco  
Banerj – Banco do Estado do Rio de Janeiro  
Banespa – Banco do Estado de São Paulo  
BB – Banco do Brasil  
BBHRJ – Banco Rural Hipotecário do Rio de Janeiro  
BCB – Banco Central do Brasil  
BCN – Banco de Crédito Nacional  
BEG – Banco do Estado de Goiás  
BEMGE – Banco do Estado de Minas Gerais  
BESC – Banco do Estado de Santa Catarina  
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Socioeconômico  
BNH – Banco Nacional de Habitação  
Bradesco – Banco Brasileiro de Desconto  
CDB – Certificados de Depósito Bancário  
CEF – Caixa Econômica Federal  
Cetip – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos  
CMN – Conselho Monetário Nacional  
Copom – Comitê de Política Monetária  
CSCF – Companhias Securitizadoras de Créditos Financeiros  
CVM – Comissão de Valores Mobiliários  
FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos  
FGC – Fundo Garantidor de Crédito  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
HSBC – Hong Kong and Shanghai Banking Corporation  
IOF – Imposto sobre Obrigações Financeiras  
MP – Medida Provisória  
MSI – Modelo de Substituição de Importação  
PAC – Programa de Apoio Creditício  
PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo  
Paraiban – Banco do Estado da Paraíba  
PROER – Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro  
PROES – Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária  
PROREF – Programa de Recuperação Financeira  
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia  
SFH – Sistema Financeiro de Habitação  
SFI – Sistema de Financiamento Imobiliário  
SFN – Sistema Financeiro Nacional

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
1.1	OBJETIVOS DA PESQUISA .....	12
1.1.1	<b>Objetivo Geral</b> .....	<b>12</b>
1.1.2	<b>Objetivos Específicos</b> .....	<b>12</b>
1.2	JUSTIFICATIVA .....	13
<b>2</b>	<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	<b>15</b>
2.1	A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO: UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA VIS-À-VIS A DINÂMICA DA ECONOMIA.....	15
2.2	PLANO REAL: CONCEPÇÃO E TRANSFORMAÇÕES IDEALIZADAS PARA A ESTABILIZAÇÃO MACROECONÔMICA.....	20
2.3	INSTRUMENTOS PARA ESTABILIDADE DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL: UMA BREVE ANÁLISE.....	22
2.3.1	<b>Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER)</b> .....	<b>24</b>
2.3.2	<b>Programa de incentivo à redução do setor público estadual na atividade bancária (PROES)</b> .....	<b>26</b>
2.3.3	<b>Programa de fortalecimento das instituições financeiras federais (PROEF)</b> .....	<b>28</b>
2.3.4	<b>Criação do Fundo Garantidor de Créditos (FGC)</b> .....	<b>29</b>
2.4	ANÁLISE DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E DAS TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO.....	31
<b>4</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>39</b>
4.1	UM ESTUDO MULTICASOS ACERCA DO DESEMPENHO DOS MAIORES BANCOS ATUANTES NO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO A PARTIR 1994.....	42
4.1.1	<b>Análise do desempenho do Banco do Brasil (BB)</b> .....	<b>42</b>
4.1.2	<b>Banco Caixa Econômica Federal (Caixa)</b> .....	<b>44</b>
4.1.3	<b>Bancos Bamerindus</b> .....	<b>46</b>
4.1.4	<b>Banco Nacional do Norte (Banorte)</b> .....	<b>48</b>
4.1.5	<b>Banco de Crédito Nacional (BCN)</b> .....	<b>49</b>
4.1.6	<b>Banco Bradesco</b> .....	<b>51</b>
4.1.7	<b>Banco do Estado de São Paulo</b> .....	<b>53</b>
4.1.8	<b>Banco do Estado do Rio de Janeiro</b> .....	<b>55</b>
4.1.10	<b>Banco Itaú</b> .....	<b>58</b>
4.2	EVIDÊNCIAS DE RELAÇÕES ENTRE O DESEMPENHO DO SETOR BANCÁRIO E INDICADORES MACROECONÔMICOS.....	60
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>71</b>

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>73</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>80</b>
<b>APÊNDICE A- Rendas com operações de crédito deflacionadas, rendas com prestação de serviços deflacionadas e depósitos à vista deflacionados do Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal no período de dezembro de 1994 a 2017.....</b>	<b>80</b>
<b>APÊNDICE B- Rendas com operações de crédito deflacionadas, rendas com prestação de serviços deflacionadas e depósitos à vista deflacionados do Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Banco Itaú BBA S.A. no período de dezembro de 1994 a 2017.....</b>	<b>82</b>
<b>APÊNDICE C- Rendas com operações de crédito deflacionadas, rendas com prestação de serviços deflacionadas e depósitos à vista deflacionados do Banco Banorte S.A., Banco BCN S.A. e Banco Bamerindus no período de dezembro de 1994 a 2003.....</b>	<b>84</b>
<b>APÊNDICE D - Rendas com operações de crédito deflacionadas, rendas com prestação de serviços deflacionadas e depósitos à vista deflacionados do Banco do Estado de São Paulo S.A. e Banco Bradesco S.A. no período de dezembro de 1994 a 2017.....</b>	<b>85</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Para que os países possam usufruir dos benefícios do sistema financeiro e para que este sistema funcione de forma adequada, não basta somente apresentar resultados eficientes. As condições econômicas dos países necessitam também estar equilibradas, de forma que os agentes confiem nos mercados para que possam se inserir neles. Assim sendo, uma das premissas para o desenvolvimento do sistema financeiro é a estabilidade econômica, condicionada pelas conjunturas favoráveis para geração de renda, emprego e o controle dos preços (CAMARGO, 2009).

Segundo Camargo (2009), ao observar a história brasileira e suas muitas fases, percebe-se que o sistema financeiro bancário foi tardiamente reconhecido como uma das principais fontes de desenvolvimento do país. Foi durante o período da ditadura militar, a partir de meados de 1960, que o país implementou reformas expressivas neste sistema, com a criação do Banco Central do Brasil e a concessão de autonomia das Autoridades Monetárias em relação ao Governo Federal.

Considerando os eventos que marcaram as décadas de 1970 e 1980, o Estado foi responsável por criar estratégias de superação de vulnerabilidades econômicas. Neste ínterim, vale citar as várias tentativas de estabilização da economia. Desde a retomada da democracia no Brasil, após anos de ditadura militar, ao total foram lançados sete planos econômicos. Menciona-se, por exemplo, o Plano Cruzado (lançado em 1986), que foi criado para combater uma inflação de 80% ao mês (FIPE/USP, Índice de Custo de Vida) e resgatar a credibilidade da economia brasileira. Na ocasião, substituiu-se a moeda de Cruzeiro (Cr\$) pelo Cruzado (Cz\$) e estabeleceu-se o congelamento de preços, dentre tantas outras ações (CASTRO, 2011).

Segundo Castro (2011), durante a década de 1990, após o governo de Sarney, tomaram posse na presidência da República vários governantes (dentre eles: José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, Fernando Collor de Melo, Itamar Augusto Cautieiro Franco e Fernando Henrique Cardoso). Estes sempre eleitos com a promessa de que ao assumir a presidência a inflação seria controlada, compromisso este que foi realizado somente perto da metade da década de 1990, com o Plano Real.

A implementação do Plano Real foi iniciada no Brasil durante o governo de Itamar Franco, sendo instituído em 30 de junho de 1994 (BRESSER, 2010). Planejado para ser implementado em três fases, seu principal objetivo era promover a redução e o controle da inflação, além de consolidar a estabilização macroeconômica.

Apesar de o plano Real ter apresentado resultados significativos e bem sucedidos no que tange ao atendimento de problemas macroeconômicos, quando se julgam os impactos sobre o setor financeiro, estes são bastante controversos. De fato, o setor bancário sofreu grandes transformações com a implementação do Plano Real em 1994. As instituições financeiras bancárias que quiseram permanecer no mercado, para sobreviver e prosperar, tiveram que se adaptar a expressivas mudanças em relação às suas fontes de captação e aplicação de recursos. Destaca-se a perda das receitas de venda de títulos e certificados de depósitos bancários (provenientes da elevada inflação), fato que tornou necessária a busca por novas fontes de receitas, que foram planejadas pelo Governo Federal para evitar uma crise no Sistema Financeiro Nacional (CARVALHO, 2003).

Assim, a partir da revisão da trajetória histórica do sistema bancário brasileiro, o problema dessa pesquisa é formulado através da seguinte pergunta: Como se caracterizam as principais transformações no sistema bancário brasileiro com a implementação do Plano Real? Qual o desempenho auferido pelos agentes bancários após a estabilização econômica?

## 1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

### 1.1.1 Objetivo Geral

Analisar as dinâmicas institucional e financeira do sistema bancário brasileiro após a implementação do Plano Real.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- Descrever uma série de fatos estilizados da trajetória do sistema bancário brasileira desde a instituição da Nova República até a implementação do Plano Real.



- Analisar as principais reformas promovidas pelo Plano Real no que tange ao sistema bancário brasileiro.
- Avaliar o desempenho do setor bancário perante as reformas institucionais promovidas pelo Plano Real.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

O sistema financeiro tem como principal função ser o intermediador dos agentes que possuem ativos financeiros em excesso e aqueles que possuem a necessidade de tomar emprestado. Em outras palavras, o sistema financeiro coordena as relações estabelecidas entre agentes superavitários e deficitários. Dentre outros condicionantes, é por meio do sistema financeiro que se tem a distribuição de recursos e o equilíbrio econômico que permite o desenvolvimento do país (ROSS, 1998).

Assaf Neto (2001, p. 67) define o sistema financeiro como:

O Sistema Financeiro Nacional pode ser entendido como um conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros que visam, em última análise, transferir recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas, governo) superavitários para os deficitários.

Para que o sistema financeiro possa ser este intermediador e para que possa assumir o financiamento do consumo e do investimento do país, é necessária a existência de fatores chaves para o sucesso. Das premissas necessárias, a primeira é a confiança e segurança que os poupadores devem possuir em relação ao sistema. Precisam-se ainda de incentivos do governo para que haja o fortalecimento das instituições financeiras e liberdade para que sejam criadas inovações de produtos e serviços, de forma a atrair investidores e poupadores tanto nacionais como internacionais (ASSAF NETO, 2001).

Diante desta perspectiva, considera-se que o desenvolvimento da intermediação financeira é condição imprescindível para que se alcance a estabilidade econômica. Da mesma forma, assume-se que processos eficientes instituídos no sistema bancários podem ser requisitos à retomada da atividade econômica, de maneira que esta seja autossustentada (ROSS, 1998).

Ao voltar os olhares especificamente para a economia brasileira e seus dados históricos em relação ao sistema financeiro, observa-se que foi somente a partir da

década de 1960 que a política econômica incorporou em suas ações enfoque sobre o mercado financeiro (NEUHAUS, 1977). Sendo assim, foi tardiamente que se assumiu a necessidade de distribuir os recursos entre quem muito tem e os que pouco possuem, como forma de os agentes superavitários financiarem as oportunidades dos demais agentes.

Sobretudo, para entender como funciona a economia do período, é essencial conhecer os principais agentes que fazem parte do sistema financeiro, suas características e finalidades. Segundo Fortuna (2010, p. 16), o Sistema Financeiro é “o conjunto de instituições que se dedicam, de alguma forma, ao trabalho de propiciar condições satisfatórias para a manutenção de um fluxo de recursos entre poupadores e investidores”. Nos anos 1980, “o sistema financeiro brasileiro acabou modificando suas funções básicas, perdendo muito de sua função de intermediador de recursos ao setor privado, para se tornar prestador de serviços e canalizador de poupança financeira ao setor público”, ajudando dessa forma na execução da política monetária e no gerenciamento da dívida mobiliária do setor público (DOELLINGER, 1992, p. 275). Essa função permitiu a manutenção do setor em um momento de instabilidade e contribuiu para resultados excepcionais dos bancos no período.

Dessa forma, o sistema financeiro do país tem uma crucial importância dentro da economia, pois é responsável por disponibilizar liquidez para as negociações, oferecer alternativas de financiamento, divisão de recursos e crescimento da produção, fatores que são essenciais para o desenvolvimento. Logo, analisar como o sistema se comporta com mudanças estruturais dentro da história brasileira é relevante.

Vale destacar, conforme Neuhaus (1977), que os bancos conseguiam se beneficiar de forma muito satisfatória do cenário de grande inflação vivenciado pelo Brasil no período imediato pós-redemocratização. Contudo, o sistema financeiro não conseguia se desenvolver plenamente, pois faltava confiança, estrutura e incentivo. Ademais, a dificuldade em controlar a inflação se encontrava no fato de que ela se tornara inercial, ou seja, estava relacionada à expectativa da sociedade.

Após a implementação e o fracasso de vários planos econômicos no país, o Plano Real foi lançado na economia brasileira em meados da década de 1990. Contel (2009) destaca que o processo de estabilização da moeda levou a uma melhoria no ambiente de investimento para os grandes atores do cenário econômico

globalizado, aliado a abertura comercial, facilitando as transações entre os países e atraindo capital estrangeiro produtivo e de especulação.

Todavia, os bancos brasileiros foram influenciados pela dinâmica organizacional e institucional condicionada pela implementação do Real. Discutir um momento de transição econômica, como foi à implementação do Plano Real, é fundamental para evidenciar as mudanças que ocorreram nas instituições financeiras bancárias e suas consequências para as organizações e para a economia brasileira.

## **2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **2.1 A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO: UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA VIS-À-VIS A DINÂMICA DA ECONOMIA**

Quando se deseja estimar conjunturas e tendências para um governo ou uma nação, é necessário analisar os fatores responsáveis por sua formação. Considera-se que as trajetórias passadas tem relação direta com as dinâmicas contemporâneas e futuras adotadas. Este entendimento vale também para a análise da economia brasileira, em que a observação de fatos passados gera subsídios para a compreensão das circunstâncias vivenciadas na atualidade.

Através da pesquisa histórica sobre a formação brasileira, é possível compreender os ciclos que ocorreram na economia e seus modelos de desenvolvimento. Identifica-se, por conseguinte, o papel desempenhado pelo Estado e demais agentes econômicos frente aos processos de crescimento e desenvolvimento do país (CORAZZA; OLIVEIRA, 2007).

Destarte, inicia-se o presente estudo através da descrição de fatos históricos estilizados que tem relação direta com a instituição do sistema financeiro nacional. Sobretudo, citam-se os tempos do Brasil colônia de Portugal, em particular, o período em que ocorre a troca da capital brasileira para o Rio de Janeiro (1808). Tal mudança acontece com a vinda da família real para o país, que faz com que houvesse investimentos em infraestrutura para a nova sede do governo. Instituições visando à promoção da rede de ensino são criadas, da mesma forma como a criação do primeiro banco brasileiro. Nesta oportunidade, o banco atuou como

emissor e agente comercial até 1829, contribuindo e intensificando as atividades comerciais e financeiras no período (PRADO, 1976).

Ao longo do século XX, a economia do Brasil cresceu e se transformou. O país viveu a transição de uma economia agroexportadora, com uma alta dependência de poucos produtos primários em sua pauta de exportações, para uma economia industrializada, em um espaço de tempo relativamente curto. Na década de 1920, surgiram as primeiras e pequenas siderúrgicas, ocorrendo uma diversificação nos produtos industrializados. Durante a Segunda Guerra Mundial, o país conseguiu construir a sua primeira grande siderúrgica em Volta Redonda (FORTUNA, 2010).

O Brasil adotou o controle de câmbio, o que permitia desvalorizar a moeda e, assim, diminuir as importações. Tal controle foi intensificado nos anos 1950, pois esse instrumento foi utilizado para criação de um complexo industrial. Segundo Baer (1996, p. 68), “o controle do câmbio foi uma das ferramentas básicas para a industrialização do país”.

Mais tarde, quando Juscelino Kubitschek assume a presidência do país, cria-se o Plano de Metas, que possuía como um dos principais objetivos estimular a industrialização brasileira. Neste ínterim, o conceito de desenvolvimento estava atrelado aos processos de modernização da economia brasileira. Planejava-se criar uma indústria mais sólida e que pudesse, além de produzir bens de consumo e bens de baixo valor agregado, também ser dotado de indústrias de base e de bens de consumo duráveis (PRADO, 1976).

Para que o Plano de Metas pudesse ser desenvolvido, fez-se necessário a criação e adaptação da economia para que esta fosse capaz de se modernizar. Então, cria-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que teria por função financiar e viabilizar o projeto de desenvolvimento nacional. Em síntese, os financiamentos davam suporte para a readequação da infraestrutura e da extinção dos pontos de estrangulamento existentes (CORAZZA; OLIVEIRA, 2007).

Neste mesmo período, criaram-se várias empresas estatais, para que estas suprissem as falhas existentes no mercado. Ainda, ofereceu-se crédito com juros baixos ou até mesmo negativos e com carência longa por meio do Banco do Brasil e do BNDE, para que se desenvolvessem de forma rápida as indústrias que necessitavam de grandes valores agregados de investimento. Da mesma forma,

foram concedidos incentivos ao capital estrangeiro, com a intenção de povoar o país com as multinacionais (CORAZZA; OLIVEIRA, 2007).

Para custear os investimentos públicos, sem que houvesse uma reforma fiscal condizente com as metas, foi necessária grande emissão monetária, ocasionando uma aceleração inflacionária. No setor externo, há o crescimento da dívida externa e a deterioração do saldo em transações correntes. O desestímulo à agricultura e investimentos na indústria com tecnologia e capital intensivo, ampliaram a concentração de renda no período citado (GREMAUD et al., 2010).

Após o golpe militar de 1964, foi criado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), que tinha como objetivos realizar reformas estruturais para que o país pudesse crescer e combater a inflação que insistia em perdurar. As reformas realizadas pelo PAEG modernizaram institucionalmente a economia brasileira, direcionando-a rumo ao crescimento e gerando capacidade ociosa no setor industrial (GREMAUD et al., 2010).

Ademais, vale destacar que a base da estrutura organizacional do sistema bancário brasileiro é instituída a partir da grande reforma financeira de 1964. Nesse período, constituiu-se o mercado de capitais e criou-se o Banco Central do Brasil. Outros fatores que evoluíram ao longo do tempo foram os mecanismos de captação e aplicação de recursos por parte tanto dos bancos públicos como privados. Para fins de análise, o sistema passou por três grandes alterações fundamentais no marco institucional-legal, segundo De Paula (1998, p. 3), a primeira delas foi:

Quanto às alterações no aparato institucional-legal do setor, destaca-se inicialmente a reforma bancária de 1965, no bojo das reformas financeiras realizadas no período 1964/66<sup>1</sup>, que objetivavam estimular a poupança privada em um ambiente inflacionário, no contexto de uma política gradualista de combate à inflação, e, ao mesmo tempo, criar mecanismos de financiamento não inflacionário para o déficit do governo. A reforma bancária de 1965 instituiu um sistema inspirado no modelo norte-americano, baseado no princípio de especialização e segmentação do mercado financeiro. Esta segmentação foi instituída através da especialização das funções das instituições financeiras e da vinculação da captação com a aplicação de recursos (DE PAULA, 1998, p. 3).

A estrutura proposta originalmente por esta reforma implementou um sistema financeiro que mistura as três classificações de Zysman (1983):

---

<sup>1</sup>As reformas financeiras deste período tiveram como base legal os seguintes documentos: (i) Lei 4.595, de 31/12/64, instituindo a reforma bancária; (ii) Lei 4.380, de 21/8/64, criando o Sistema Financeiro da Habitação (SFH); (iii) Lei 4.728, de 14/7/65, estabelecendo a reforma do mercado de capitais.

- (i) um mercado de capitais relativamente robusto,
- (ii) um sistema de crédito privado baseado em bancos comerciais orientado a financiar o consumo de curto prazo de pessoas físicas e o capital de giro para pessoas jurídicas e
- (iii) um sistema de crédito público concentrado no BNDES orientando a financiar investimentos de longo prazo através da Agência FINAME, e por operações que se executam via mercado de capitais, através do BNDES-Participações S.A..

Na década de 1980, o Brasil foi acometido pelo colapso do preço do petróleo, onde o preço do barril aumentou muito em um curto período de tempo. Os choques no mercado petrolífero desencadearam inúmeros processos, dentre os quais, citam-se: o aumento dos juros no mercado externo, os desequilíbrios nas contas externas dos países em desenvolvimento e a ampliação do endividamento externo (GREMAUD et al., 2010).

Em especial, disserta-se sobre a política de empréstimos internacionais, que era a principal fonte de investimentos acessada pelo Brasil. Neste período, tornou-se cada vez mais inviável acessá-la por conta da escassez de recursos e prazos cada vez mais curtos impostos por credores estrangeiros. A instabilidade tornava difícil mensurar as consequências e os valores da dívida do Brasil (ROSSIN; SCHMAL, CALABREZ, 2009).

Segundo Corazza e Oliveira (2007), houve grande recessão em 1983, mas esta não perdurou e, a partir de 1984, houve a queda do valor do barril de petróleo no mercado mundial, o que permitiu a recuperação da economia brasileira. A inflação, porém, manteve-se alta. Ainda, o ano de 1985 marcaria o fim da ditadura e a primeira eleição (indireta) em muito tempo.

O presidente eleito pelo colégio eleitoral foi Tancredo Neves que morreu antes de sua posse, fazendo com que seu vice, José Sarney, assumisse a presidência. Quando Sarney assumiu, enfrentou um quadro mais ameno na economia brasileira, pois o saldo positivo na balança comercial possibilitava a retomada do crescimento e garantia o pagamento dos juros da dívida externa. Os maiores problemas do Brasil estavam relacionados com a dívida interna e a inflação (CORAZZA, OLIVEIRA 2007).

Como medida contra a alta inflação, a primeira atitude do governo Sarney, em 1986, foi mudar a moeda brasileira. Assim, trocou o Cruzeiro pelo Cruzado, com a

intenção de valorizar a moeda nacional. Aboliu automaticamente a indexação e todos os preços do varejo e taxas foram congelados, por decreto e por tempo indeterminado. O salário-mínimo também foi reajustado, com base na média do último semestre acrescido de um abono de 8% (GREMAUD et al., 2010).

Fortuna (2010) argumenta que as estratégias adotadas pelo presidente Sarney desencadearam graves consequências para o país. A conjunção de congelamento de preços com o 'gatilho salarial' fez surgir o "ágio". Oferta e demanda ficaram desequilibradas, o que fez com que a inflação não baixasse e as contas externas sucumbiram ainda mais. Em 1987, o Brasil declara moratória da dívida externa.

Sarney concluiu seu mandato com vários planos e pacotes econômicos implementados. No entanto, de fato, foram tentativas que não obtiveram sucesso (GREMAUD et al., 2010). Sendo assim, a década de 1980 ficou conhecida como a década perdida, uma vez que não se observaram mudanças positivas para o país. Ao contrário, ocorreu o agravamento dos problemas sociais, da inflação e do endividamento do Brasil.

Todavia, em 1988 ocorre uma importante alteração no sistema bancário. Em particular, a reforma de 1988 permitiu a criação dos bancos múltiplos, que teve o objetivo de racionalizar o sistema financeiro e reduzir os seus custos operacionais e gerar receitas mais estáveis para os bancos, através da fusão das diversas instituições existentes em uma única instituição, com personalidade jurídica única (DE PAULA, 1998, p. 5).

Ademais, em 1989, conforme Gremaud (2010), ocorre à primeira eleição direta depois de décadas. Era a chance de o povo escolher alguém que pudesse dar rumo para a economia brasileira, fazer o país ir para frente, crescer e se desenvolver. Com tais ideais, o povo elegeu Fernando Collor de Melo, que marcou sua campanha com a bandeira de "acabar com os marajás", referência aos que lucravam com o poder. Era um jovem que fazia com que os brasileiros sonhassem com a revolução do país.

Após escândalos envolvendo corrupção do então presidente, este foi destituído do cargo num inédito processo de impeachment. Collor foi substituído por seu vice, Itamar Franco, que assumiu o poder com a missão de controlar a inflação (CARVALHO, 2003). Seu mandato ficou marcado pela implantação do Plano Real, capitaneado por seu ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

A seguir, especificam-se as principais transformações observadas na economia brasileira com a implementação do Plano Real. Avaliam-se, em particular, os impactos idealizados sobre o sistema bancário.

## 2.2 PLANO REAL: CONCEPÇÃO E TRANSFORMAÇÕES IDEALIZADAS PARA A ESTABILIZAÇÃO MACROECONÔMICA

De forma direta, pode-se afirmar que um dos principais problemas da economia brasileira durante as décadas de 1980 e 1990 foi o domínio e persistência da inflação. De fato, a taxa de inflação chegou aos 2.947,7% ao ano em 1990, acompanhada de um crescimento negativo do PIB (CORRAZA; OLIVEIRA. 2007).

Quando Itamar Franco assume a presidência do Brasil em meados de 1990, nomeou vários ministros para a missão da estabilização econômica. A equipe foi responsável pela implementação do plano econômico de maior renome no Brasil contemporâneo, o Plano Real (CARVALHO, 2003).

O Plano Real teve por objetivo estabilizar e realizar reformas econômicas. Iniciado em 27 de fevereiro de 1994, com a publicação da medida provisória número 434, instituiu a Unidade Real de Valor (URV), estabeleceu regras de conversão e uso de valores monetários, iniciou a desindexação da economia e determinou o lançamento da nova moeda, o Real (CARVALHO, 2003).

A partir do início de março de 1994, criou-se o Fundo Social de Emergência (FSE). A emenda produziu a desvinculação de verbas do orçamento da União, direcionando os recursos para o fundo, que daria ao governo margem para remanejar e cortar gastos supérfluos (GIAMBIAGI, 2011).

O plano seria implantado em várias etapas, todas voltadas para suprir as necessidades da economia. De Paula (2010, p. 6) argumenta que:

Após um longo período de instabilidade econômica, finalmente um plano com medidas acertadas possibilitou o fim do problema crônico da inflação no Brasil. O Plano Real merece os méritos pela forma como passou a conduzir a política econômica, e no controle de preços teve ajuda importantíssima da abertura econômica do início da década de 1990, que possibilitou o aumento das importações. Acertando ao manter uma política de câmbio fixo, e favorecendo as relações comerciais externas, supriu o excesso de demanda interna e aumentaram a competição e a produtividade no mercado nacional, fatores importantíssimos no combate ao aumento de preços.



Sobre as fases estipuladas, a primeira estaria direcionada ao equacionamento da situação fiscal do país. Previa-se a redução de gastos públicos e o aumento dos impostos, para assim controlar as contas do governo. Em particular, os cortes incluíam a redução dos investimentos, gastos públicos e demissões do funcionalismo público (GIAMBIAGI, 2011).

A segunda fase de implementação do Plano Real constitui-se da criação da Unidade Real de Valor (URV), como forma de desindexar a economia. O ajuste e reajuste de preços das mercadorias passaram a ser anualizados e obedeceriam às planilhas de custo de produção. A intenção da criação da URV era romper o círculo vicioso de correção dos valores futuros pela inflação passada em curtos períodos de tempo (FILGUEIRAS, 2000).

Ademais, a terceira fase consistiu-se na necessidade de criação de uma nova moeda forte: o Real. Após a criação da moeda e a certeza de sua credibilidade, houve a implementação da quarta fase do Real. Nesta fase, houve o aumento das taxas de juros e aumentos dos depósitos compulsórios, para que houvesse redução do consumo e conseqüentemente a redução da inflação (DE PAULA, 2010).

O Plano Real também promoveu a redução dos impostos de importação para aumentar a concorrência com os produtos nacionais, provocando a redução dos preços. Entendia-se que a entrada dos produtos estrangeiros no mercado nacional evitaria a explosão de demanda por produtos e serviços após o período imediato da estabilização. Evitar-se-iam, por conseqüência, o desabastecimento e a remarcação de preços, que pressionariam a inflação novamente (DE PAULA, 2010).

Para não haver uma grande desvalorização da moeda nacional, instituiu-se o controle cambial, mantendo o Real valorizado diante ao Dólar. Foi feito o controle do câmbio, artificialmente valorizado (OLIVEIRA, 1996). Como forma de efetivação do Plano, foi realizada a privatização de muitas empresas estatais brasileiras, pois com a privatização, o governo eliminou a obrigação pública de financiar investimentos e possibilitou a modernização de tais empresas.

Houve também o aumento da taxa básica de juros, que serviria para financiar os gastos públicos excedentes até que se atingisse o equilíbrio fiscal. Reduziu-se também a oferta de crédito (promovendo assim o esfriamento da economia). Além de que o governo aumentou a alíquota do depósito compulsório dos bancos, que por

sua vez teve finalidade de reduzir a quantidade de dinheiro disponível para empréstimos e financiamentos (GIAMBIAGI, 2011).

Foi através dessas medidas e adequações que o Plano Real obteve o sucesso que o país precisava, a despeito de suas limitações. Na oportunidade, manter a inflação reduzida era prioridade governamental e condição necessária para que o país retomasse a trajetória de desenvolvimento (FILGUEIRAS, 2000).

Sobretudo, vale destacar que, após a implantação do plano, durante mais de seis anos, uma grande sequência de reformas foram implantadas para dar sustentação à estabilidade econômica do país, entre elas destacam-se: i) Privatização de vários setores estatais, ii) a realização do Proer, iii) a criação de agências reguladoras, vi) a Lei de Responsabilidade Fiscal, v) a liquidação ou venda da maioria dos bancos pertencentes aos governos dos estados, vi) a total renegociação das dívidas de estados e municípios com critérios rigorosos (dívida pública), vii) maior abertura comercial com o exterior, viii) entre outras ações (DE PAULA, 2010).

Oliveira (1996) destaca que o que distinguia o Plano Real dos demais planos já estabelecidos eram suas características: o plano não era uma surpresa, foi implantado gradualmente; não realizou mais congelamentos e tinha-se maior preocupação com a correção dos desequilíbrios econômicos. Com a implementação e o sucesso tão esperado do Plano Real, este de fato conseguiu manter o controle inflacionário, mas acabou por afetar e gerar algumas distorções na economia. As principais foram o crescimento do estoque da dívida pública e as dificuldades do sistema financeiro brasileiro em operar em um cenário sem imposto inflacionário (receitas de floating), levando o governo a criar o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), a partir de regras estabelecidas pelo Banco Central (SILVEIRA, 2005).

A seção seguinte dedica-se a explorar as especificidades dos programas econômicos direcionados ao sistema financeiro brasileiro.

### 2.3 INSTRUMENTOS PARA ESTABILIDADE DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL: UMA BREVE ANÁLISE

O sistema financeiro brasileiro, com ênfase no setor bancário, enfrentou grandes transformações com a implementação do Plano Real em julho de 1994.

Tais transformações estavam relacionadas à extinção dos ganhos propiciados pelas transferências inflacionárias e à instabilidade desse setor. Estes fatos exigiram do governo a adoção de medidas para o fortalecimento da indústria bancária, evitando que a insolvência das instituições afetasse todo o sistema, o que comprometeria a rigidez do sistema.

O governo passa a dar atenção ao sistema bancário quando surge o risco de uma crise sistêmica. Diante dessa possibilidade do agravamento da situação do setor, com consequências negativas para o desempenho da economia, foi imprescindível a participação e gestão direta do governo para possibilitar a reestruturação do sistema financeiro de maneira rápida e segura para a sociedade. Dessa forma, em novembro de 1995, o governo adotou um conjunto de medidas voltadas à reestruturação e ao fortalecimento do sistema financeiro nacional (OLIVEIRA, 1996).

Os conjuntos de medidas adotadas foram: implantação de incentivos fiscais para a integração de instituições financeiras<sup>2,3</sup>; a criação de vários programas, tais como: i) Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), ii) Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes), iii) Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (Proef), iv) Aprovação do estatuto e regulamento do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

Também, segundo Passos e Nogami (2001), foi ampliado o poder de fiscalização e intervenção do Banco Central, para possibilitar uma atuação mais preventiva e eficaz da instituição sobre o sistema financeiro. Além disso, permitiu-se a inserção do capital externo para a indústria brasileira, com a flexibilização das restrições constitucionais ao ingresso de capital, o que desempenhou papel importante no setor bancário, prevendo-se um ambiente competitivo, o que acabaria trazendo mais eficiência aos serviços bancários no país.

Discorre-se a seguir a respeito das principais medidas promovidas pelo Plano Real no que toca a promoção do sistema bancário brasileiro.

---

<sup>2</sup> MP 1.179 de 03/11/95 - atual Lei 9.710, de 19.11.1998.

<sup>3</sup> Autorizando que a instituição incorporadora contabilize em seus resultados o valor do déficit da instituição incorporada como prejuízo, assim como a instituição incorporadora poderia contabilizar como crédito a diferença entre o valor patrimonial da participação societária adquirida e o valor da aquisição, diferença essa compensada nos exercícios fiscais posteriores.

### **2.3.1 Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER)**

Foi em 03 de novembro de 1995, que o governo federal editou a MP nº 1.179, e lançou como medida de prevenção para o controle do sistema financeiro nacional, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER). O PROER desempenhou papel importante, pois visava o interesse dos depositantes de forma a assegurar o equilíbrio do setor e também manter a liquidez das instituições, o que acabou por garantir aos bancos o financiamento dos gastos voltados à reorganização das instituições. As reorganizações teriam que ser autorizadas previamente pelo Banco Central e deveriam resultar na transferência de controle ou na mudança de objeto social (CARVALHO, 2003).

Segundo o relatório publicado pelo do Banco Central (1995), as instituições bancárias que foram classificadas como problemáticas de grande porte foram saneadas através da divisão da instituição original em duas, uma “saudável” e outra não. A instituição saudável era constituída por ativos de boa qualidade e por todos os depósitos recebidos pela instituição original. Os ativos remanescentes e os demais passivos permaneciam sob controle do banco original, esta instituição continuaria sob regime especial e deveria ser liquidada. Houve instituições que acabaram por adquirir os bancos que foram classificados como saudáveis e estas tiveram acesso a uma linha de crédito especial para cobrir os dispêndios com a reestruturação, reorganização e modernização. Houve também fornecimento, pelo Banco Central, dos recursos necessários para o financiamento do passivo a descoberto e o suprimento de liquidez no caso de saques de depósitos de grande magnitude.

Logo, esta Medida Provisória permitiu que os bancos que se encontravam em boa situação financeira comprassem instituições com problemas de caixa e assim pudessem abater do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) todas as dívidas do novo banco adquirido. Assim, os bancos aumentaram seu capital e seus ganhos e ao mesmo tempo puderam pagar menos imposto. Além de garantir o fortalecimento do sistema financeiro nacional, trazendo mais confiança para a população.

Com relação aos resultados do PROER, este possibilitou o saneamento de sete instituições, como está referenciado no Quadro 1. Esta ação colaborou por

evitar o risco de contágio às demais instituições do sistema financeiro e prejuízos a milhões de depositantes.

Quadro 1- Operações realizadas com o financiamento do PROER (Jul/1994 - Mai/1997)

<b>Bancos em intervenção</b>	<b>Venda de parcela dos ativos e passivos para:</b>
Banco Econômico	Excel e Caixa Econômica Federal <sup>4</sup>
Banco Nacional	Unibanco
Banco Mercantil de Pernambuco	Banco Rural
Banco Banorte	Bandeirantes
Banco Bamerindus	HSBC
<b>Bancos que não estavam sob intervenção</b>	<b>Transferência de controle acionário:</b>
Antônio de Queiroz	Banco United
Martinelli	Pontual

Fonte: Banco Central do Brasil (2003).

Em consequência do PROER, tem-se que: o Banco Nacional foi comprado pelo Unibanco; o Banco Econômico foi comprado pelo Banco Excel; o Banco Mercantil foi comprado pelo Banco Rural; o Banorte foi comprado Banco Bandeirantes; e Banco Bamerindus foi comprado pelo Grupo HSBC. Todas estas operações foram realizadas com recursos do programa.

Quando se avalia as reformas propostas pelo PROER, o principal foco do programa era garantir a “saúde” dos bancos existentes no país. Dessa forma foi necessário um cuidado muito grande em relação a um dos fatores mais importantes para se ter uma reforma saudável e eficaz no sistema financeiro, tal fator seria evitar que as “operações de socorro” dadas aos bancos que se encontravam com problemas fosse feita sem que houvesse a modificação do controle acionário, pois se essa mudança na administração dos bancos não ocorresse, num futuro não muito distante, haveria a ocorrência novamente do mesmo problema de irresponsabilidade de governar e então de nada teria adiantado o programa.

<sup>4</sup> A CEF comprou apenas a carteira imobiliária dos bancos Bamerindus e Econômico.

### **2.3.2 Programa de incentivo à redução do setor público estadual na atividade bancária (PROES)**

Um dos fatos mais marcantes que se pode analisar, quando se fala em implantação do Plano Real e suas consequências sobre o setor bancário, é o fim de boa parte dos bancos públicos estaduais que faziam parte do sistema financeiro nacional. A principal política de privatização do setor consistiu no Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES).

O programa possuía como objetivo resolver problemas de liquidez e a deterioração patrimonial observada nos bancos estaduais, que geravam expectativas negativas quanto ao controle das contas públicas em médio prazo. Assim, promoveram-se ajustes estruturais nas finanças do setor público, através da redução da participação dos bancos estaduais no sistema financeiro nacional. Com o enfoque total em preferencialmente privatização, extinção, ou transformação em instituição não financeira ou agência de fomento (MINELLA, 1998).

Para que os estados optassem por ingressar no PROES, foram disponibilizadas linhas de crédito equivalentes às necessidades decorrentes do desequilíbrio patrimonial de cada banco envolvido. Foram criadas pelo governo três linhas de créditos, sendo duas delas voltadas para as privatizações e uma terceira para garantir a tomada, por parte de instituições financeiras federais, dos passivos dos bancos estaduais. A execução do programa pode ser dividida em três etapas: i) a primeira envolveria discussões preliminares entre o Banco Central e diretores dos bancos estaduais (a fim de definir a opção entre as alternativas de privatização, transformação em agência de fomento, saneamento ou extinção); ii) o levantamento da situação dos bancos estaduais pela área de fiscalização do Banco Central; iii) a formalização de adesão ao PROES, envolvendo a elaboração de contratos e seu encaminhamento para a aprovação do Senado Federal (VIDOTTO, 2002, p. 212).

O Programa possibilitou a solução ordenada da questão da dívida fiscal dos estados, com recuperação de parte do endividamento, por meio da privatização dos bancos estaduais. A implementação do PROES reduziu a participação dos bancos estaduais no sistema bancário, contribuindo para a eliminação dos problemas estruturais nas finanças públicas e a redução do risco sistêmico do sistema financeiro nacional, assim como evitou o impacto econômico e social decorrente da liquidação dessas instituições (GIAMBIAGI, 2011).

O PROES foi inteiramente financiado com recursos públicos, mediante a emissão de títulos pelo Tesouro Nacional. Ao todo, o PROES consumiu mais de R\$ 73 bilhões, quase quatro vezes mais do que custou o PROER (MINELLA, 1998, p. 56). Em 1997 ocorreram as duas primeiras privatizações dos bancos estaduais, primeiro no Rio de Janeiro (BANERJ que foi vendido ao Itaú), e depois o CREDIREAL (umas das mais importantes instituições financeiras de Minas Gerais que acabou sendo vendido ao Banco Nacional de Crédito (BCN), mais tarde incorporado pelo Bradesco).

Ao final de 1997, o controle do conglomerado Meridional foi transferido para o Banco Bozano. Em 1998, tem-se que: o Banco do Estado de Pernambuco (BANDEPE) foi comprado pelo ABN-Amro, de capital holandês; a principal instituição financeira de Minas Gerais, o BEMGE, foi adquirida pelo Itaú; houve as liquidações do Banco do Estado do Mato Grosso (BEMAT) e do Banco do Estado de Rondônia (BERON), mesmo destino que teria o Banco do Estado de Alagoas (PRODUBAN). (SALVIANO JR, 2004).

Já em 1999, em um contexto de crise do Plano Real com a desvalorização da moeda, apenas um banco estadual foi privatizado: o Banco do Estado da Bahia (BANEB), comprado pelo Bradesco. Ainda assim, outros três bancos estaduais são federalizados e entram na fila para serem posteriormente privatizados: o Banco do Estado do Ceará (BEC) e o Banco do Estado de Goiás (BEG). No ano seguinte, passariam pelo mesmo processo o Banco do Estado do Maranhão (BEM) e o Banco do Estado de Santa Catarina (BESC). Destes, apenas o BESC não sofreu processo de privatização, sendo, em 2008, incorporado pelo Banco do Brasil. Em relação aos demais, o Bradesco assumiu o controle do BEM (2004) e do BEC (2005), ao passo que o Itaú adquiriu o BEG (2001) (SALVIANO JR, 2004).

Dessa forma, após analisar o que foi e como aconteceu à redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária, percebe-se que PROES não somente contribui para o processo de concentração do setor bancário, como também intensificou o processo de desnacionalização do sistema financeiro brasileiro. Observa-se que dois grandes grupos financeiros estrangeiros, ABN-Amro e Santander, além do Itaú, participaram ativamente dos leilões de privatização dos bancos estaduais.

### **2.3.3. Programa de fortalecimento das instituições financeiras federais (PROEF)**

Com a redução expressiva dos bancos públicos estaduais, ocorreram incentivos para o fortalecimento dos bancos públicos federais, segundo De Paula (2010), tais medidas iniciaram-se em 1995. Em relação ao Banco do Brasil, procuraram-se as fontes dos possíveis prejuízos que poderiam causar maiores problemas para a estrutura do banco, tais fontes eram resultantes de créditos de má qualidade concedidos a população, do saneamento da carteira de crédito do banco e da elevação temporária da participação do Governo no capital da Instituição.

Já na Caixa Econômica Federal, o sistema de medidas imposto foi mais complexo, em função das atividades desempenhadas junto ao Sistema Financeiro da Habitação e da necessidade de alterações jurídicas que regulamentam as regras dos financiamentos e de execução das garantias dos contratos imobiliários. Com os ajustes feitos, os bancos públicos federais passarão a serem instituições mais fortes mais competitivas e, sobretudo mais transparentes (DE PAULA, 2010).

Nesse contexto, foi anunciado pelo Governo Federal, em 22 de junho de 2001, o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, sendo que os instrumentos utilizados para garantir o fortalecimento e a segurança do SFN, foram: i) a transferência do risco de crédito para o Tesouro Nacional ou cessão de crédito para a Empresa Gestora de Ativos (Emgea); ii) troca de ativos de pouca liquidez e baixa remuneração por ativos líquidos remunerados à taxa de mercado; e iii) aumento de capital disponível aos bancos públicos federais. Como cita o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em seu pronunciamento no Ministério da Fazenda no dia do lançamento do PROEF:

A iniciativa faz parte de um amplo processo de reestruturação do sistema financeiro nacional que o nosso governo vem conduzindo desde o início de seu primeiro mandato com o objetivo de sanar problemas que a inflação alta mascarava e a estabilização revelou. (Cardoso, F.H. Ministério da Fazenda, 22/06/2001).

Portanto, foram recomendadas às instituições bancárias a adoção de prática da boa governança corporativa, com maior envolvimento do conselho de administração na aprovação de estratégias, monitoramento do desempenho das instituições financeiras e cumprimento das normas internas e legais, incluindo as



condições mínimas necessárias para o exercício de cargos em seus órgãos estatutários (RESOLUÇÃO 2.645, de 22.9.1999).

A adequação patrimonial das instituições públicas é necessária em face do aprimoramento da regulamentação bancária estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) nos últimos anos válida quer para os bancos privados quer para os bancos públicos. Essa legislação espelha padrões internacionais estabelecidos pelo Acordo de Basileia e visa assegurar a solidez do sistema financeiro indispensável ao desenvolvimento econômico e social do país. (Cardoso, F.H. Ministério da Fazenda, 22/06/2001).

Com o PROEF houve considerável fortalecimento dos bancos públicos federais o que possibilitou maiores perspectivas de atuação competitiva e rentável para aquelas instituições ao sanear desequilíbrios passados. Permitiu também a convivência mais transparente entre as atividades de caráter comercial e aquelas de cunho público e social.

#### **2.3.4 Criação do Fundo Garantidor de Créditos (FGC)**

Como o país vivenciou intensa instabilidade econômica, o governo percebeu a necessidade de criar mecanismos capazes de promover mais confiança à seus investidores, para que pudessem voltar a investir. Cria-se então, em 1995, um seguro para os depósitos feitos nas instituições brasileiras, com a intenção de dar maior solidez e segurança para todos os poupadores do país (SILVEIRA, 2005).

Os seguros de depósito são instituições que possuem uma função principal: realizar a cobertura dos depositantes em casos de intervenção ou falência de instituições financeiras. Como se refere Carvalho (2003) a esse sistema de instituições que protegem o sistema financeiro nacional:

Configuram importante rede de proteção ao sistema, especialmente em meio a crises, e fazem parte do arcabouço de regulação financeira. Operam de modo a atenuar movimentos de contágio entre instituições financeiras quando da ocorrência de problemas de solvência, além de realizar outras funções que lhes podem ser atribuídas o poder conferido pela autoridade monetária pode variar de país para país. Essas instituições constituem importante fator psicológico para os depositantes, uma vez que garantem sua conta bancária mesmo em caso de falência, o que se traduz em segurança a estes agentes. Assim, os seguradores de depósitos proporcionam fator fundamental para o bom funcionamento do sistema, na medida em que este é fortemente baseado na confiança por envolver promessas de pagamento futuro. Dessa forma, se não houvesse garantia dos depósitos, talvez uma parcela significativa deixaria de utilizar os serviços financeiros e preferiria manter a posse do dinheiro (CARVALHO, 2003, p. 18).

Segundo Lundberg (1999), após a ocorrência de grandes crises bancárias, muitos países viram a necessidade de criar garantias de depósitos. E mesmo que sua destinação primeira seja a de proteger a economia popular, isto é, pequenos depositantes (ressarcindo os prejuízos eventualmente causados por quebras de instituições financeiras), tais mecanismos tem por finalidade principal dar maior estabilidade ao sistema financeiro. Logo, minimiza-se a possibilidade de corridas bancárias a partir da quebra de confiança generalizada dos agentes.

Mas essa garantia de depósitos normalmente é limitada, pois esse mecanismo não é recomendado para proteger grandes depositantes. Além disso, a proteção ilimitada pode estimular comportamentos irresponsáveis ou até fraudulentos por parte dos dirigentes de instituições financeiras, dada a existência do mecanismo de garantia de depósitos (LUNDBERG, 1999).

Como forma de seguros de depósitos, criou-se um Fundo Garantidor de Crédito, que foi constituído como uma associação civil sem fins lucrativos, sob a forma de sociedade de direito privado. Seu principal objetivo foi dar cobertura a créditos (depósitos à vista, de poupança e a prazo, letras de câmbio, letras imobiliárias e hipotecárias) contra instituições participantes nas hipóteses de decretação de regime especial, ou reconhecimento pelo Banco Central do Brasil do estado de insolvência (CARVALHO, 2003).

No Brasil, o Fundo Garantidor de Créditos foi criado em 16 de novembro de 1995, com base na Resolução nº 2.211/95 do Banco Central sob orientação do governo federal brasileiro. O fundo originou-se do extinto Fundo de Garantia de Depósitos e Letras Imobiliárias (FGDLI), cujos valores foram revertidos para o FGC. Também foi absorvida a massa de depósitos da Reserva para a Promoção da Estabilidade da Moeda e do Uso do Cheque (RECHEQUE), que era um fundo destinado à absorção das multas cobradas dos emitentes de cheques sem provisão de fundos (LUNDBERG, 1999).

Os recursos do FGC eram provenientes, principalmente, da contribuição mensal ordinária das instituições associadas em valor equivalente a 0,025% da média mensal dos saldos diários das contas correspondentes às obrigações objeto de garantia, o que reduziu substancialmente os efeitos negativos para os depositantes. (FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO, 2017).

Quando foi instituído, em 1995, o FGC oferecia uma garantia de R\$ 20 mil para cada pessoa, contra a instituição bancária alvo de alguma operação financeira.

Esse valor se manteve inalterado até 6 de setembro de 2006, quando foi elevado para R\$ 60 mil. Em dezembro de 2010, o valor da garantia foi elevado para R\$ 70 mil. Desde 30 de abril de 2013, o FGC garante perdas de até R\$ 250 mil. Essa foi a chamada garantia ordinária do FGC (FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO, 2017).

São instituições associadas ao FGC a Caixa Econômica Federal, os bancos múltiplos, os bancos comerciais, os bancos de investimento, os bancos de desenvolvimento, as sociedades de crédito, financiamento e investimento, as sociedades de crédito imobiliário, as companhias hipotecárias e as associações de poupança e empréstimo em funcionamento no país. Ou seja, são incluídas as instituições que: recebem depósitos à vista, em contas de poupança ou depósitos a prazo; realizam aceite em letras de câmbio; captem recursos mediante a emissão e a colocação de letras imobiliárias, de letras hipotecárias, de letras de crédito imobiliário ou de letras de crédito do agronegócio; e captam recursos por meio de operações compromissadas tendo como objeto títulos emitidos, após 08.03.2012, por empresa ligada (FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO, 2017).

A criação do Fundo Garantidor de Crédito é, para Lundberg (1999), a iniciativa mais promissora do conjunto de medidas adotadas, permitiu a criação de confiança em todo o sistema financeiro nacional. Ainda, permitiu que pequenos poupadores não saíssem prejudicados ou falidos pela insolvência de alguma instituição, assim como garantiu segurança dentro do sistema.

#### 2.4 ANÁLISE DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E DAS TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO

O Plano Real foi instituído em meados da década de 1990 com o intuito de promover a estabilidade econômica. No contexto da época, pairavam o histórico inflacionário e a falta de confiança dos brasileiros no sistema financeiro nacional, conforme retrospectiva expressa na Tabela 1.

Apesar da alta inflação acometer a população mais pobre do país, um dos setores que mais se beneficiaram dela foi o bancário, que auferiram elevadas receitas com as transferências inflacionárias (*floating*), atingindo, em 1993, participação equivalente a 4,2% do PIB e 35,3% das receitas totais do sistema (IBGE, 1997). De fato, após a nova legislação de setembro de 1988, houve uma

expansão do sistema bancário fazendo com que o número de bancos mais que dobrasse, alcançando 273 bancos em junho de 1994.

Tabela 1- Agregados macroeconômicos brasileiros anuais em porcentagem (%)

Anos	Crescimento real do PIB (%)	Inflação (%)
1981	-4,4	101,7
1985	7,9	226,0
1989	3,3	1.430,7
1990	3,1	2.947,7

Fonte: World Bank (2017).

A resolução de número 1524 de 1988 foi crucial para a mudança ocorrida no sistema financeiro nacional, uma vez que possibilitou a criação das famosas instituições universais, ou seja, passava a ser possível existir setores específicos para cada assunto financeiro, mas eles poderiam ser encontrados em uma única instituição, possibilitava assim aos bancos uma maior dinâmica de trabalho e foco, pois poderiam fazer frente a vários setores lucrativos em um único lugar.

Para se compreender como funciona a classificação e papel desempenhado por cada instituição financeira, é de suma importância especificar cada tipo de instituição. O banco múltiplo<sup>5</sup> deve ser constituído com, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento, e ser organizado sob a forma de sociedade anônima. As instituições com carteira comercial podem captar depósitos à vista. Na sua denominação social deve constar a expressão "Banco" (Resolução CMN 2.099, de 1994).

Já a Caixa Econômica Federal (CEF) é uma instituição financeira, sob a forma de empresa pública do governo federal brasileiro, com patrimônio próprio e autonomia administrativa com sede em Brasília (DF) e com filiais em todo o território nacional. É uma pessoa jurídica autônoma, vinculada ao Ministério da Fazenda.

<sup>5</sup> Segundo o Banco Central do Brasil (2017), os bancos múltiplos são instituições financeiras privadas ou públicas que realizam as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento. Essas operações estão sujeitas às mesmas normas legais e regulamentares aplicáveis às instituições singulares correspondentes às suas carteiras. A carteira de desenvolvimento somente poderá ser operada por banco público.

Tabela 2- Número de instituições financeiras no Brasil (Dez/1988 – Jun/ 1994)

<b>INSTITUIÇÕES</b>	<b>DEZ/1988</b>	<b>JUN/1994</b>
<b>Bancos Públicos Federais</b>	<b>6</b>	<b>6</b>
Múltiplos	0	2
Comerciais	4	2
De Desenvolvimento	1	1
Caixa Econômica Federal	1	1
<b>Bancos Públicos Estaduais</b>	<b>37</b>	<b>34</b>
Múltiplos	0	24
Comerciais	23	2
De Desenvolvimento	10	7
Caixa Econômica Federal	4	1
<b>Bancos Privados Nacionais</b>	<b>44</b>	<b>147</b>
Múltiplos	3	138
Comerciais	41	9
<b>Filiais de bancos Estrangeiros (comerciais) <sup>6</sup></b>	<b>18</b>	<b>19</b>
<b>Bancos com controle Estrangeiro<sup>7</sup></b>	<b>7</b>	<b>19</b>
Múltiplos	0	19
Comerciais	7	0
<b>Bancos com Participação Estrangeira<sup>8</sup></b>	<b>5</b>	<b>31</b>
Múltiplos	1	29
Comerciais	4	2
Bancos de Investimentos	49	17
<b>Total do Sistema Bancário Nacional</b>	<b>166</b>	<b>273</b>

Fonte: (PUGA, 1999, p. 428).

<sup>6</sup> Segundo a Carta-Circular 2.345, de janeiro de 1993 do Banco Central, são consideradas Filiais de Bancos Estrangeiros, as instituições constituídas no exterior com dependência ou filial no Brasil.

<sup>7</sup> Segundo a Carta-Circular 2.345, de janeiro de 1993 do Banco Central, são considerados trole Estrangeiro aqueles cuja maioria do capital votante seja, direta ou indiretamente, da posse de instituições financeiras sediadas no exterior.

<sup>8</sup> Segundo a Carta-Circular 2.345, de janeiro de 1993, do Banco Central, são considerados Bancos com participação estrangeira todos aqueles que tenham, direta ou indiretamente, de 10% a 50% do capital votante pertencentes a instituições financeiras sediadas no exterior.

A Tabela 2 ilustra a diversidade dos tipos de bancos que existiam no país no período anterior e contemporâneo ao lançamento do Plano Real. Havia seis bancos federais, mais a Caixa Econômica Federal, existiam 37 bancos estaduais, 23 comerciais, 10 de desenvolvimento.

Vale destacar que, durante os anos 70 e 80, houve a dominância do Banco do Brasil tanto em depósitos como em empréstimos. O acirramento da concorrência foi a principal característica do setor na década de 1970, levando o governo a adotar medidas com o objetivo de incentivar fusões e incorporações, visando a um maior controle do sistema (CORAZZA; OLIVEIRA, 2007). Já a década de 1980 foi um período conturbado para o Sistema Financeiro Nacional, uma vez que ao longo do período este foi afetado por três grandes problemas. O primeiro deles foi o segundo choque dos preços do petróleo no final da década de setenta. Segundo foi excessivo aumento das taxas de juros nos mercados financeiros internacionais, o que fez subir a dívida externa do país e conseqüentemente reduzir o crédito interno, e além de tudo isso houve também uma grande recessão mundial (MATIAS; PEIXOTO, 2000).

Como consequência desse aumento da dívida e estagnação da economia brasileira, houve na área financeira, uma expressiva redução do volume de empréstimos ao setor privado, com intensa drenagem de recursos para o setor público, de modo a socorrer os desequilíbrios fiscais e a política monetária empreendida no período. Segundo Matias e Peixoto (2000, p. 8):

[...] era notória a necessidade de reformar o SFN, para que o mesmo voltasse a desempenhar seu papel mais importante: o da intermediação eficiente e competitiva entre poupança e investimento produtivo, com vistas a promover o desenvolvimento, a modernização e o crescimento da economia brasileira.

A reforma bancária da década de 1980 previu a extinção das cartas patentes, permitindo a criação dos bancos múltiplos, permitindo a entrada, a partir de 1994, dos bancos estrangeiros e do capital estrangeiro à economia brasileira. Dessa forma, o governo flexibilizou o ingresso desses bancos, com o discurso de que tal decisão traria muitos benefícios ao mercado financeiro nacional, uma vez que permitiria o aumento da disponibilidade de capital aos credores e a ampliação da eficiência do setor (CORAZZA; OLIVEIRA, 2007).

A rentabilidade dos bancos neste período era gerada, majoritariamente, a partir dos ganhos com floating garantidos pela aplicação em títulos e valores mobiliários governamentais (*openmarket*) remunerados e fixados sempre em função

da alta inflação. Essas operações de curtíssimo prazo marcadas por juros elevados acirraram a sociedade contra o setor financeiro, cujos lucros cresceram de forma desproporcional. Assim, em 1989, os bancos atingiram uma de suas maiores taxas históricas de rentabilidade média, sendo as receitas com títulos superior às de empréstimos (PINHEIRO, 1996).

Conforme analisado nessa seção, pode-se perceber que nas décadas de 70, 80 e início da década de 90, os bancos públicos nacionais dominavam o setor bancário. Porém, tal fato, após o Plano Real, acaba por mudar, pois ocorrem muitas transformações nesse sistema, e principalmente o que mais influência para o desaparecimento dos bancos públicos no setor bancário foi aos incentivos promovidos pelo governo federal para a redução do setor bancário público no âmbito estadual, ou seja, se tem a extinção de grandes instituições públicas, que o faz com que bancos privados tenham condições dominar este setor.

O Quadro 2 apresenta os bancos com maiores resultados em relação ao fluxo de depósitos recebidos e o montante de empréstimos realizados pelos mesmos. É importante perceber como perdem classificações os bancos públicos ao passar do tempo. Com relação à década de 1990, embora os bancos privados tenham ganhado espaço dentro do país, ainda havia grande destaque para os bancos públicos, entre eles o que assume a primeira posição do ranking nos anos noventa foi o Banespa, este que mais tarde seria extinto e incorporado por outros bancos.

Pode-se perceber também o quanto o setor bancário foi importante para o governo em relação principalmente à contenção da dívida externa, uma vez que o setor financeiro do país foi “obrigado” a drenar seus recursos, principalmente para socorrer os cofres públicos da época, em função da mudança nas taxas de juros externas e o aumento gigantesco da dívida. Os bancos drenavam seus recursos principalmente através da compra de títulos públicos vendidos pelo governo, uma vez que este fato financiava as dívidas do governo e ao mesmo tempo garantia aos bancos uma boa rentabilidade provinda dos juros pagos pelo governo com os títulos.

Quadro 2- Os Dez Maiores Bancos do Brasil ao longo dos anos 1970, 1980 e 1990, levando em consideração os valores totais das operações de depósitos e empréstimos.

<b>1970</b>	<b>Depósitos</b>	<b>Empréstimos</b>	<b>1980</b>	<b>Depósitos</b>	<b>Empréstimos</b>	<b>1990</b>	<b>Depósitos</b>	<b>Empréstimos</b>
<b>1º</b>	Banco do Brasil	Banco do Brasil	<b>1º</b>	Banco do Brasil	Banco do Brasil	<b>1º</b>	Banespa	Banco do Brasil
<b>2º</b>	Banespa	Banespa	<b>2º</b>	Bradesco	Bradesco	<b>2º</b>	Banco do Brasil	Banespa
<b>3º</b>	Brasileiro de Descontos	Bando do Nordeste do Brasil	<b>3º</b>	Itaú	Itaú	<b>3º</b>	Bradesco	Bradesco
<b>4º</b>	Bando do Estado da Amazônia	Brasileiro de Descontos	<b>4º</b>	Banespa	Banespa	<b>4º</b>	Itaú	Itaú
<b>5º</b>	Real	Banco do Estado da Guanabara	<b>5º</b>	Real	Real	<b>5º</b>	Bamerindus	ABN Amro
<b>6º</b>	União dos Bancos Brasileiros	Real	<b>6º</b>	Nacional	Nacional	<b>6º</b>	ABN Amro	Econômico
<b>7º</b>	Itaú América	Itaú América	<b>7º</b>	Unibanco	Unibanco	<b>7º</b>	Nacional	Unibanco
<b>8º</b>	Bando do Nordeste do Brasil	União dos Bancos Brasileiros	<b>8º</b>	Banerj	Banerj	<b>8º</b>	Unibanco	Nacional
<b>9º</b>	Banco do Estado da Guanabara	Comind de São Paulo	<b>9º</b>	Bamerindus	Bamerindus	<b>9º</b>	Econômico	Bamerindus
<b>10º</b>	Comind de São Paulo	Bando do Estado da Amazônia	<b>10º</b>	Econômico	Econômico	<b>10º</b>	BCN	Banestado

Fonte: Matias e Peixoto (2000, p. 10).



Em síntese, dentro das três décadas analisadas, percebe-se que houve grandes mudanças ao longo desse período, pois na década de 1980 os bancos lucravam muito com as rendas provindas da alta inflação e esse lucro alto vindo dos bancos acabava por financiar os gastos e as dívidas do governo, o que gerava um círculo vicioso onde o governo adquiria esta renda para manter os cofres públicos, mas conforme analisado, essa década foi perdida para a economia do país, pois nenhuma nação consegue resultados positivos com uma inflação tão inflada.

Já no final da década de 1980, com a medida provisória 1524 implementada, modifica-se totalmente o perfil dos bancos existentes no país, pois surge a possibilidade de uma mesma instituição dotar de várias carteiras e atender vários públicos, garantido assim maior dinamismo do setor assim como uma liberdade de lucros que não proveriam mais tarde da inflação.

Com a implementação do Plano Real e suas ferramentas para manter a estabilidade do país acaba por ocorrer um incentivo do governo para uma nova estruturação desse sistema. Pois ocorre grande incentivo federal para a diminuição do setor bancário público estadual e tal incentivo abre “as portas” para a nova realidade do setor bancário nacional, um setor onde os bancos dominantes e de grande resultados são bancos privados e a maioria com capital estrangeiro.

### **3 METODOLOGIA**

Conforme Munhoz (1989), a pesquisa científica consiste no modo pelo qual o homem, a partir de determinados métodos, desenvolve estudos que lhe permitam conhecer fenômenos da sociedade. Nas palavras do autor:

A pesquisa científica tem, portanto, uma importância básica para o ser humano. É o caminho para que se possa conhecer as realizações do passado, é o meio para que se possa interpretar o presente, e é o veículo para se transformar o futuro em algo além da simples repetição do passado ou do presente (MUNHOZ, 1989, p.15).

Para a execução da pesquisa, é de suma importância definir os critérios a serem estabelecidos para o processo de investigação. Assim sendo, o método estabelece os roteiros de trabalho, os caminhos a serem percorridos para a construção do conhecimento almejado, bem como os instrumentos de análise a serem utilizados.

No presente estudo, vale-se do método analítico, que visa conhecer os fenômenos e permite uma compreensão de relações de causa e efeito, a saber, as relações que ocorre com o sistema bancário e as suas modificações frente às alterações institucionais promovidas pelo Plano Real, onde é possível realçar as características e os desafios que o sistema bancário brasileiro encontrou após a estabilização macroeconômica trazida pelo Plano Real.

Ainda, o estudo apresenta um caráter descritivo e histórico, pois procura conhecer a realidade dos acontecimentos trazendo os fatos importantes que ocorrem ao longo da história do setor bancário brasileiro para ser possível ter um embasamento de porque e como tudo de fato aconteceu na história do Brasil.

Para avaliar o desempenho do setor bancário brasileiro especificamente, analisaram-se os indicadores financeiros patrimoniais e de resultado das instituições financeiras bancárias brasileiras para o último mês de cada ano. Em específico, avaliaram-se três variáveis chaves para resultados dos maiores bancos brasileiros, a saber: as rendas com as operações de créditos, as receitas com prestação de serviços e os depósitos a vista no período pós implementação do Plano Real até a atualidade.

Todos os dados coletados nos balanços patrimoniais bancários ano a ano foram deflacionados para valores de dezembro 1994 pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Para uma análise macroeconômica do cenário econômico brasileiro ao longo dos anos pós plano real, foram determinadas as variáveis que influenciam diretamente os resultados das instituições financeiras, como o Produto Interno Bruto do Brasil, a taxa de inflação, a taxa de juros e taxa de câmbio, taxa de juros paga para depósito em poupança, taxa de recolhimento de depósitos compulsórios, percentual de poupança dos indivíduos em relação ao PIB e percentual de dívida total do governo em relação ao PIB.

As variáveis analisadas tiveram como principais fontes de informações os demais bancos de dados disponíveis nos meios eletrônicos, tais como os sites das instituições que compõem o Sistema Financeiro Nacional, dados estatísticos do Banco Central do Brasil (BCB), sites do governo que disponibilizam as normas e resoluções atualizadas em relação à constituição, assim como dados referentes a determinados assuntos do país, poderá ser utilizado às informações disponíveis na

Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), além de dados bancários mundiais disponíveis no Banco Mundial e no site do FMI.

Vale mencionar ainda que a pesquisa bibliográfica e documental foi realizada com base em materiais previamente elaborados em fontes escritas: livros, artigos, teses e dissertações, jornais e revistas (GIL, 2002, p. 56-57). Para operacionalizar os dados quantitativos, operou-se com técnicas de análise estatística descritiva e inferencial através do software *Excel*.

#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme afirmam Metzner e Matias (2015), o processo de implementação do Plano Real foi de suma importância para o desenvolvimento do sistema financeiro do país, pois tornou esse sistema mais sólido, confiável e competitivo. Ademais, a abertura econômica para as instituições financeiras estrangeiras acabou por transformar esse setor, que passou a internacionalizar várias instituições brasileiras.

Metzner e Matias (2015) destacam que, no início da década de 1990, os bancos brasileiros conviviam com uma economia relativamente fechada e com grandes ganhos com *floating*, em detrimento da perda do valor real dos depósitos à vista. Com a implementação do Plano real, essa receita de *floating* acabou por reduzir drasticamente, o que culminou com a eliminação dos bancos brasileiros ineficientes do mercado.

Assim sendo, a perda das receitas de *floating* fez com que os bancos brasileiros aperfeiçoassem suas estruturas administrativas e expandissem a carteira de crédito. Matias (2004) demonstra que, após o Plano Real, os bancos tiveram uma redução brusca de suas receitas de *floating*, passando de um ganho de R\$ 9,6 bilhões em 1994, com apenas meio ano de inflação, para menos de R\$ 1 bilhão em 1995. Além de também ter sido estimada uma perda de R\$ 8,7 bilhões causada pela mudança na forma de financiamento do déficit público implantada no período.

A Tabela 3 expressa os ganhos com *floating* dos grandes bancos brasileiros em 1994 e 1995, assim como as receitas com prestação de serviços e receitas com operações de crédito. No período analisado, os bancos sofreram grande impacto com a queda da receita com *floating* no balanço patrimonial dos bancos, ocorrendo casos em que a conta zerou. Ainda, muitos bancos usaram das receitas com

operações de crédito e das receitas da prestação de serviços para diversificar suas fontes de renda e garantir resultados positivos (MATIAS, 2004).

Conforme afirmam Metzner e Matias (2015, p. 32-33):

Uma outra forma de aumentar a rentabilidade das operações bancárias foi a cobrança de tarifas de serviços, que até então não eram praticadas, mesmo sendo autorizadas desde dezembro de 1967. A partir desse período, essas receitas conquistaram importância para os bancos, de modo que cobriam, em 2010, todos os custos de pessoal e parte do administrativo das grandes instituições bancárias (METZNER, MATIAS, 2015)

Dessa forma, percebe-se que as receitas com operações bancárias aumentaram ao longo dos anos, contribuindo para os resultados dos bancos brasileiros. Ademais, as operações de crédito foram fundamentais para a sanidade financeira dos bancos logo após a implementação do Plano Real, passando a ser uma das principais fontes de lucros dos bancos.

Tabela 3- Receitas de Serviços, de Operações de crédito e de Floating(1994-1995) para os dez grandes bancos do Brasil.

Nome dos bancos	Receita de Serviços			Receitas de Operações de Crédito			Receitas de <i>Floating</i>		
	1994	1995	Variação %	1994	1995	Variação %	1994	1995	Variação %
Banco do Brasil	R\$ 836.409,00	R\$ 1.685.408,00	101,51%	R\$ 4.141.812,00	R\$ 9.504.668,00	129,48%	R\$ 3.157.462,00	R\$ 411.051,00	-86,98%
Caixa Econômica Federal	R\$ 999.110,00	R\$ 1.355.222,00	35,64%	R\$ 2.914.946,00	R\$ 7.413.629,00	154,33%	R\$ 1.974.748,00	R\$ 39.884,00	-97,98%
Banco Bamerindus	R\$ 366.789,00	R\$ 636.801,00	73,62%	R\$ 1.303.132,00	R\$ 2.514.436,00	92,95%	R\$ 506.876,00	R\$ 53.224,00	-89,50%
Banco Banorte	R\$ 25.364,00	R\$ 41.435,00	63,36%	R\$ 270.594,00	R\$ 381.535,00	41,00%	R\$ 39.574,00	R\$ 966,00	-97,56%
Banco BCN	R\$ 31.058,00	R\$ 59.290,00	90,90%	R\$ 352.782,00	R\$ 870.336,00	146,71%	R\$ 47.342,00	R\$ 8.534,00	-81,97%
Banco Bradesco	R\$ 645.183,00	R\$ 855.604,00	32,61%	R\$ 1.819.820,00	R\$ 5.663.280,00	211,20%	R\$ 1.208.881,00	0	-100,00%
Banco do Estado de São Paulo	R\$ 155.272,00	R\$ 328.170,00	111,35%	R\$11.636.749,00	R\$ 8.107.900,00	-30,33%	0	0	0,00%
Banco do Estado do Rio de Janeiro	R\$ 53.375,00	R\$ 88.646,00	66,08%	R\$ 223.716,00	R\$ 344.367,00	53,93%	R\$ 344.370,00	R\$ 53.898,00	-84,35%
Banco do Nordeste do Brasil	R\$ 48.868,00	R\$ 84.083,00	72,06%	R\$ 195.336,00	R\$ 330.038,00	68,96%	R\$ 58.053,00	R\$ 13.938,00	-75,99%
Banco Itaú	R\$ 456.209,00	R\$ 862.193,00	88,99%	R\$ 1.963.744,00	R\$ 2.923.297,00	48,86%	R\$ 851.133,00	R\$ 68.811,00	-91,92%

Fonte: Matias (2004, p. 14).

No livro “O Setor Bancário Brasileiro de 1990 a 2010”, Metzner e o Matias (2015) realizam análise global do setor bancário brasileiro. Já a presente pesquisa busca estender a análise iniciada pelos autores, realizando uma avaliação detalhada do comportamento das variáveis de desempenho dos principais bancos brasileiros. Para tanto, consideraram-se as receitas com prestações de serviços, receitas com operações de crédito e depósitos a vista, com dados referentes ao período de 1994 até 2017 de cada banco.

Para que a análise pudesse ocorrer na perspectiva de comparação e continuação do trabalho feito por Matias, foram selecionados para avaliação os mesmos bancos que foram apresentados por Matias (2004), foram eles os dez grandes bancos do país eleitos no ano de 1994, são eles: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Bamerindus, Banco Banorte, Banco BCN, Banco Bradesco, Banco do Estado de São Paulo, Banco do Estado do Rio de Janeiro, Banco do Nordeste do Brasil, Banco Itaú

#### 4.1 UM ESTUDO MULTICASOS ACERCA DO DESEMPENHO DOS MAIORES BANCOS ATUANTES NO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO A PARTIR 1994

##### 4.1.1 Análise do desempenho do Banco do Brasil (BB)

O Banco do Brasil foi fundado em 1808 pelo príncipe regente D. João, quando o país passou a sediar a Coroa Portuguesa, sendo o primeiro banco da história do país. A instituição foi fundamental para que o sistema financeiro do Brasil se desenvolvesse, sendo responsável pela primeira oferta pública de ações no mercado de capitais brasileiro. Foi também responsável pelo financiamento em 1819 da primeira bolsa de valores brasileira, fundada no Rio de Janeiro (BANCO DO BRASIL, 2017).

Quando são analisadas as fontes de formação de receita do Banco do Brasil, considerando as três variáveis chaves para construção de resultados de um banco, pode-se perceber que, no período de 1994 e 1995, aumentou suas operações de crédito e uso dos cheques especiais. Assim, o banco passou a emprestar mais crédito e lucrar com os juros altos cobrados.

Mas o período de euforia causado pela mudança drástica nos índices de inflação, que deixaram a sociedade com uma ilusão de que poderiam gastar mais,

acabou por gerar o crescimento da inadimplência no país. Concomitantemente, a população aumentou seu consumo, sem que ocorresse aumento de suas fontes de renda, o que acabou causando uma retração das receitas bancárias do BB em 1996. Figueiras (2000) argumenta que o crescimento da inadimplência vivenciado pelos bancos no período imediato ao lançamento do Plano Real foi causado pelo volume expressivo de crédito liberado à população brasileira, crédito esse pouco especificado e com altos juros ao mês.

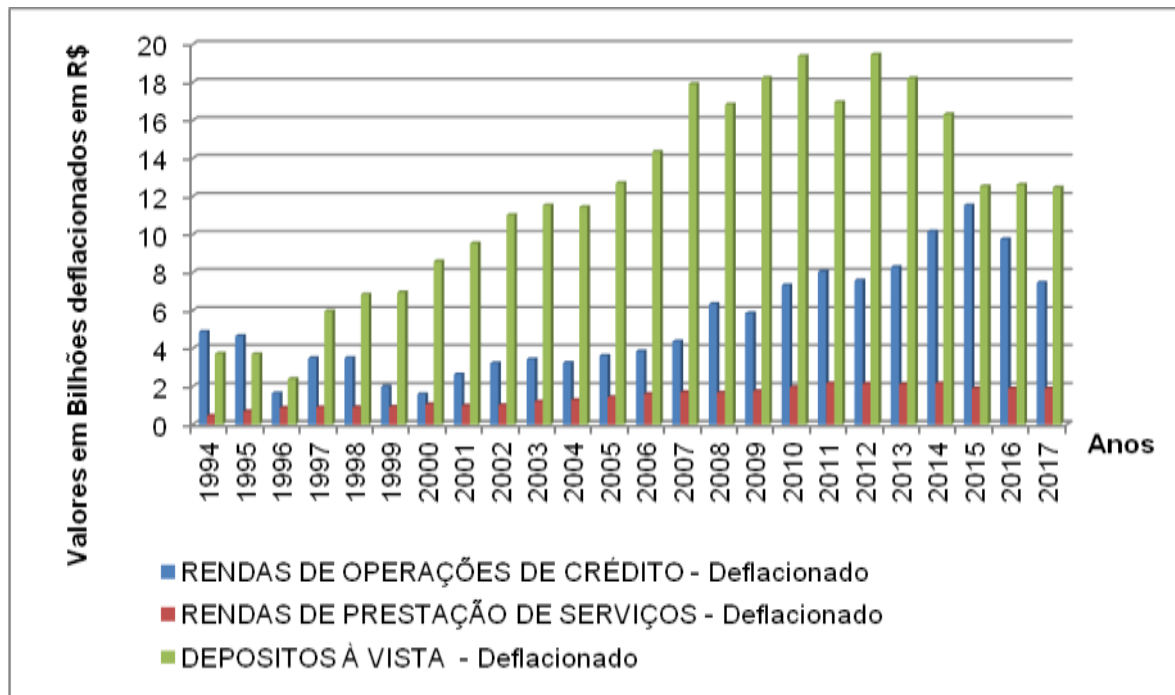
Como forma de recuperação em relação ao ano anterior, o Banco do Brasil, a partir de 1996, tornou suas linhas de crédito mais claras, distribuiu em carteiras seus clientes, criando linhas de empréstimos destinadas especialmente a cada cliente. Em síntese, o BB percebeu como era importante para os resultados positivos dos bancos brasileiros focar nos empréstimos para pessoas físicas (BANCO DO BRASIL, 2017).

Vale lembrar que o Banco do Brasil era também responsável por assessorar o governo com a compra de títulos, pois o governo precisava captar dinheiro para dar base às condutas do plano Real e, para isso, vendia títulos com juros bem atrativos. As funções desempenhadas pelo BB no mercado aberto beneficiavam o banco, conforme argumenta Nogueira (2017).

Em particular, desde 1994, o BB se preocupou em criar fontes para captar valores. Nessa busca por novos nichos de mercado e o desenvolvimento de produtos específicos, uma das primeiras investidas do BB deu-se na área de previdência aberta. Em 1994, foi criada a BrasilPrev S.A., possibilitando ao BB atuar no ramo de previdência privada aberta e, assim, garantir a captação de recursos de seus clientes pra investimentos mais em longo prazo. Ou seja, além de fidelizar clientes, o objetivo também é gerar poupança de longo prazo (BANCO DO BRASIL, 2017).

Outro produto criado para a captação de recursos de longo prazo e fidelização de clientes foi o Título de Capitalização Ourocap. A Brasilcap, empresa criada em outubro de 1995, administradora deste produto que é comercializado em todas as agências do país e pela internet, já é a líder no mercado de capitalização, posição assumida em 1997 (BANCO DO BRASIL, 2017).

Gráfico 1- Receitas de Serviços, de Operações de crédito e Depósitos à vista do Banco do Brasil S.A. (Dez/1994 – Dez/2017).



Fonte: Banco Central do Brasil (2018).

De acordo com as informações do gráfico 1, no ano de 1996 as rendas com operações de crédito caíram de R\$ 4,6 bilhões para R\$ 1,6 bilhões e os depósitos à vista diminuíram consideravelmente também. Logo, percebe-se uma mudança nas estratégias do Banco, pois já em 1997 os depósitos aumentam para quase R\$ 6 bilhões, enquanto as rendas provindas das operações de crédito não ultrapassaram os R\$ 3,5 bilhões.

Observa-se que o banco criou neste íterim fontes de captação, sendo que os depósitos à vista apresentaram grande diferença em relação às rendas de operações de crédito. Outro fato que se percebe é o aumento na renda provinda da prestação de serviços, que era de R\$ 0,4 bilhões em 1994 e chegou a quase R\$ 2 bilhões em 2017.

#### 4.1.2 Banco Caixa Econômica Federal (Caixa)

A Caixa Econômica Federal foi criada em 12 de janeiro de 1861 pelo Imperador Dom Pedro I, nasceu com o nome Caixa Econômica da Corte. Seu



propósito era incentivar a poupança e conceder empréstimos sob penhor, com a garantia do governo imperial (CAIXA ECONOMICA FEDERAL, 2017).

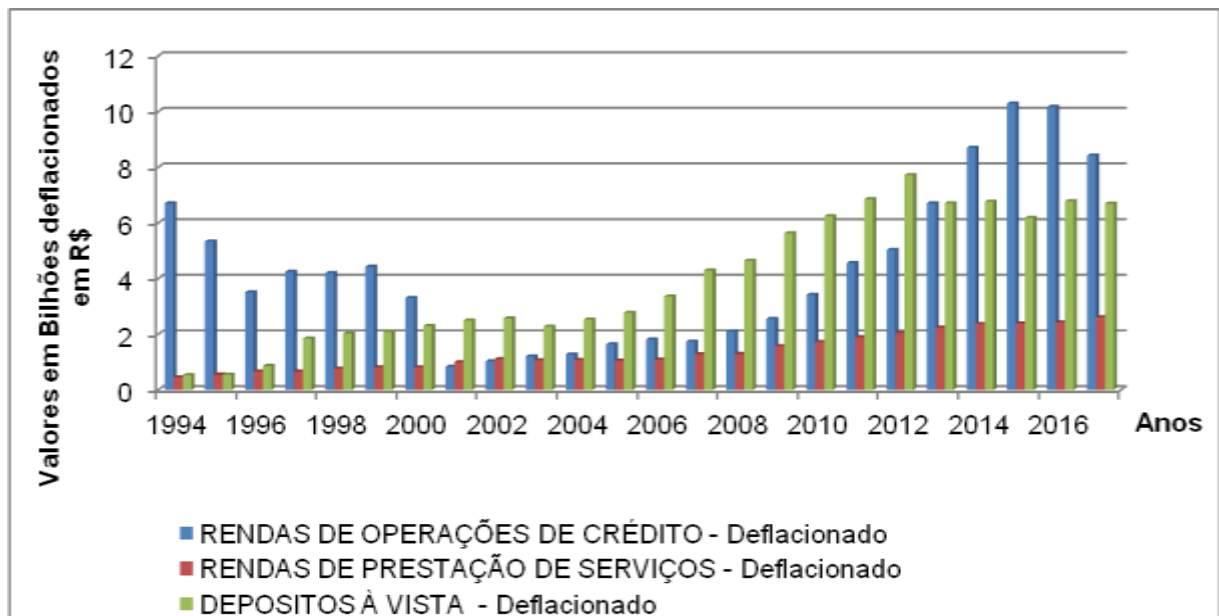
Quando se olha o período histórico que vivia a Caixa no início de sua popularização, percebe-se que foi pelas demandas sociais da época que o banco se consagrou, pois era uma instituição pública que priorizava o atendimento da população. Tornou-se não só pioneira, mas também uma instituição moderna, ao pensar as questões sociais, econômicas e de mercado. Deste modo, a Caixa rapidamente passou a ser procurada pelas camadas sociais mais populares, incluindo os escravos, que podiam economizar para suas cartas de alforria (SANTOS, 2011).

Com o passar dos anos, a Caixa se consagrou nos programas estipulados pelo governo, dentre os quais estavam os principais fundos e programas sociais administrados: o FGTS, fundo que prioriza o atendimento aos setores de habitação e saneamento básico; o PIS; o seguro-desemprego; o Bolsa Família; o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); entre outros. Ou seja, pode se afirmar que a Caixa Econômica Federal é de fato a instituição social oficial do Brasil, pois atende às áreas de habitação, saneamento, infraestrutura e prestação de serviços (SANTOS, 2011).

É importante ressaltar que, além de ser um banco social, a Caixa Econômica Federal do Brasil também é um banco com grande participação comercial no mercado. Só com a poupança, o banco tem cerca de 40% da fatia do mercado atual. A importância da poupança para a Caixa é comprovada desde o início de sua fundação (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2017).

Com relação às variáveis analisadas no gráfico 2, percebe-se fortemente a presença dos depósitos à vista na composição das receitas do banco. A Caixa chegou a arrecadar R\$ 18 bilhões em depósitos à vista em 2010, valor que diminuiu em 2008 e em 2014, em função da crise internacional e por conta da instabilidade político-institucional brasileira, respectivamente.

Gráfico 2- Receitas de Serviços, de Operações de crédito e Depósitos à vista do Caixa Econômica Federal(Dez/1994 – Dez/2017).



Fonte: Banco Central do Brasil (2018).

Ainda, pode-se perceber que, quando houve redução da inflação após o plano Real, a Caixa apresentou rendas com operações de crédito superiores que os depósitos à vista. Porém, já em 1996, voltou seu foco para a captação de recursos (NOGUEIRA, 2017).

#### 4.1.3 Bancos Bamerindus

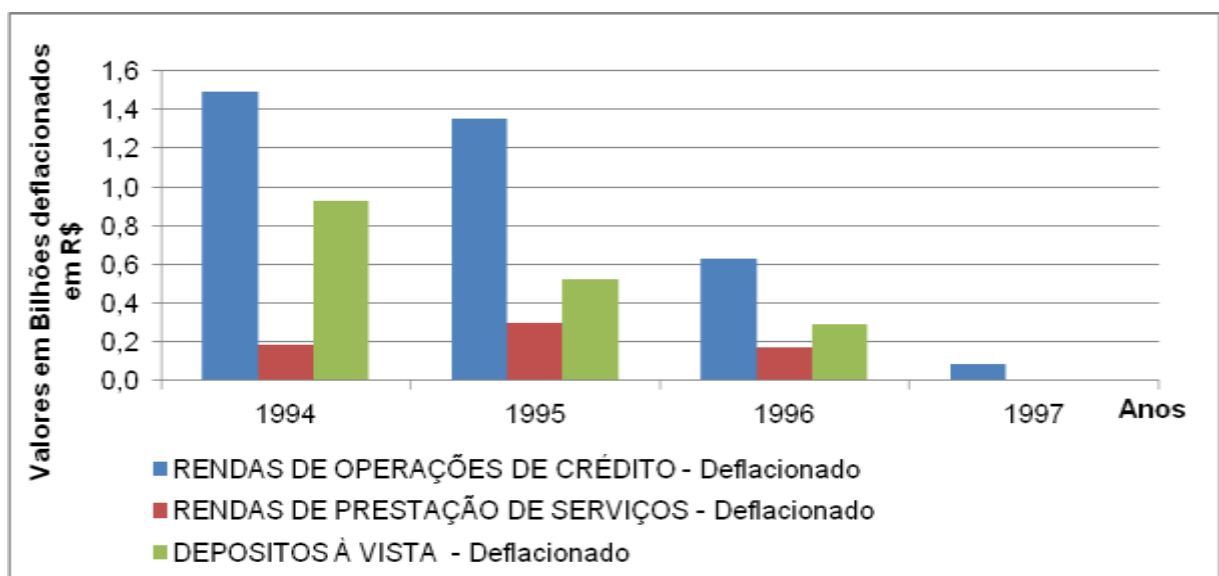
O Banco Bamerindus foi criado em 1929 na cidade de Tomazina, no estado de Paraná pelo Senhor Avelino, que decidiu se juntar a alguns amigos e criaram juntos a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada Banco Popular e Agrícola do Norte do Paraná (BPA). Em 1971, a denominação foi alterada, passando a ser chamado o atual Banco Bamerindus do Brasil SA, uma das maiores instituições bancárias durante as décadas de 1970 e 1980 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2003).

Contudo, o Bamerindus entrou em grandes dificuldades a partir de 1994, muito em função da quebra do Banco Econômico, que provocou a fuga dos grandes investidores e trouxe a falta de confiança do mercado. A partir de então, agravaram-

se seus problemas de liquidez, sendo que o banco entrou em crise. Por conseguinte, participou do PROER, como o programa de recuperação não obteve resultados, em 1997 houve a intervenção da instituição pelo Banco Central e, depois, acabou sendo incorporado pelo HSBC (CARVALHO, 2003).

Conforme o gráfico 3, percebe-se que o Bamerindus perde bastante de sua captação de recursos ao longo do período. Passa de R\$ 0,8 bilhões em 1994, para menos de R\$ 0,3 bilhões em 1996. Já em 1997, o Banco Central não apresenta dados dessa variável, ou seja, realmente o banco sofreu bastante fuga de capital, o que afetou sua liquidez e fez com que fosse extinto logo no início de 1998.

Gráfico 3- Receitas de Serviços, de Operações de crédito e Depósitos à vista do Bamerindus (Dez/1994 – Dez/2017).



Fonte: Banco Central do Brasil (2018).

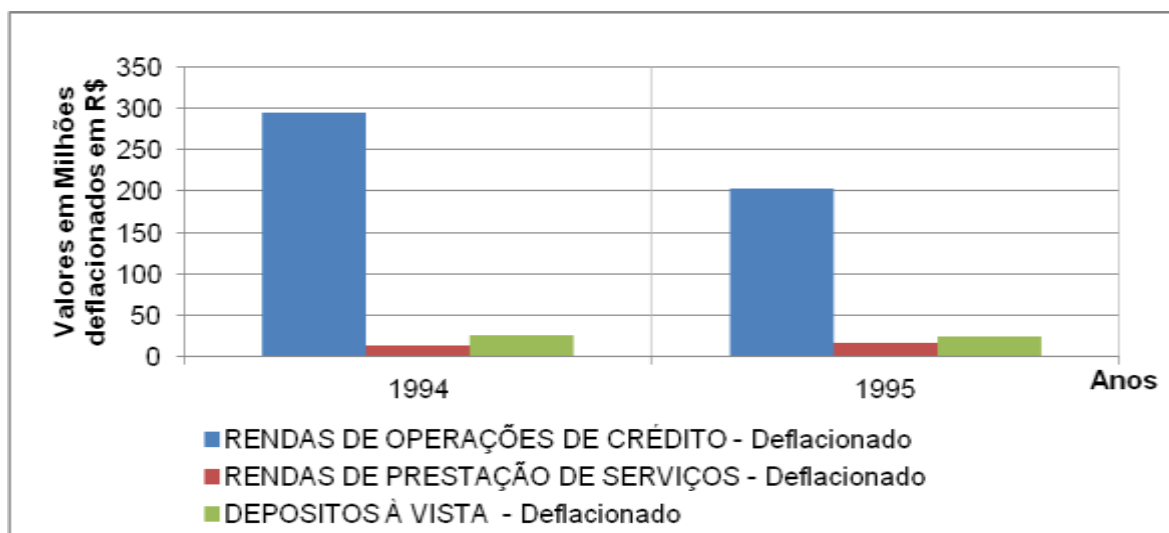
O HSBC já era um pequeno acionista do Bamerindus antes da crise, mas quando a situação se agravou, ele adquiriu parte do Bamerindus. O Banco Central declarou sua liquidação extrajudicial em 1997. E acabou dividindo o então Bamerindus em duas partes no modelo “goodbank” – “badbank”. O “badbank” foi para a liquidação comandada por um interventor nomeado pelo BCB e “goodbank” passada para o sócio HSBC, que já detinha 6% de seu capital (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2003).

#### 4.1.4 Banco Nacional do Norte (Banorte)

O Banco Nacional do Norte foi fundado em 1942, com a denominação de Banco Nacional do Norte S/A. O Banorte, como era conhecido popularmente, foi uma das mais tradicionais casas bancárias nordestinas. Possui uma gama de agências bem distribuídas, chegando a ter 81 agências espalhadas pelo norte do país (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2003).

Foi um Banco que perdeu bastante com a baixa da inflação. No período logo após o plano Real, como o banco precisava voltar a lucrar, a gerência permitiu-se focar de forma sua atuação no mercado bancário para as operações de crédito, conforme mostra o gráfico 4(CARVALHO, 2003).

Gráfico 4- Receitas de Serviços, de Operações de crédito e Depósitos à vista do banco Banorte de (Dez/1994 – Dez/2017).



Fonte: Banco Central do Brasil (2018).

A estratégia na formação de rendas advindas das operações de crédito fez com que o Banorte se tornasse insolvente. De fato, o efeito contágio promovido pela desconfiança da população no período fez com que o banco perdesse depósitos a partir do 2º semestre de 1995, com saques expressivos de depósitos a prazo realizados por grandes aplicadores, instituições financeiras e investidores institucionais.

Seus controladores, a família Batista da Silva, negociaram sua venda para o antigo Banco Bandeirantes, tentativa que não conseguiu impedir a intervenção, em maio de 1996, e a liquidação, em dezembro do mesmo ano. Quando ocorreu a intervenção, o banco possuía uma rede de 81 agências e um quadro de pessoal de 2.612 funcionários (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2003).

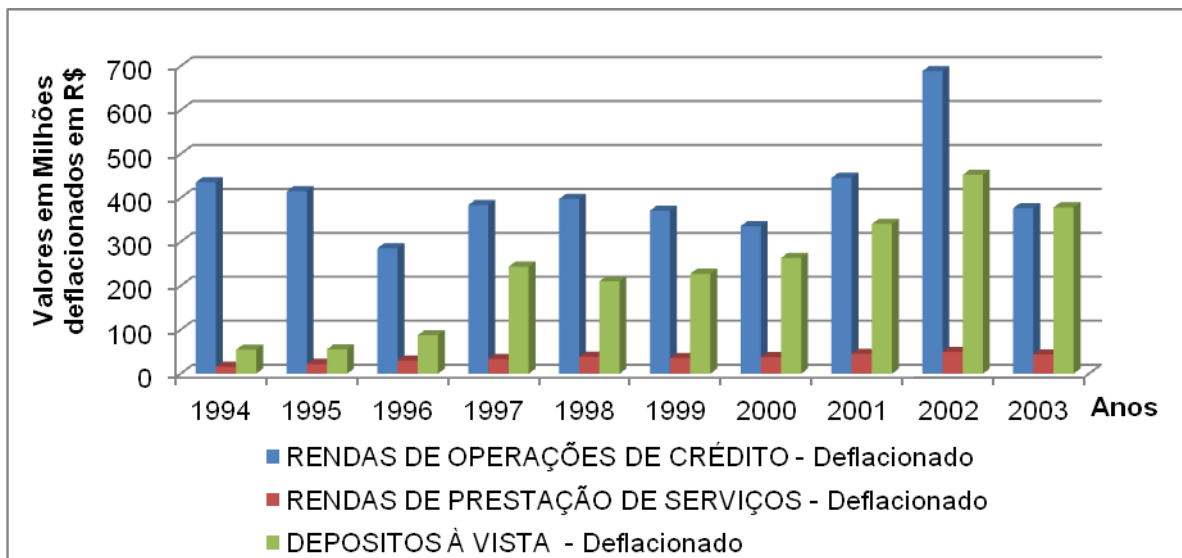
Quase duas décadas depois, o Banorte – cujo slogan era “seu amigo na praça” – voltou ao mercado com novo dono. Paulo Dalla Nora, fundador e principal executivo do Banco Gerador, arrematou a marca em 2012, aproveitando a imagem positiva do Banorte no mercado pernambucano. A rede conta com 105 lojas, distribuídas em 45 municípios de Pernambuco (ISTO É DINHEIRO, 2013)

#### **4.1.5 Banco de Crédito Nacional (BCN)**

O Banco de Crédito Nacional foi fundado em 1929, exatamente no mesmo ano que o *crash* da bolsa de Nova Iorque. Foi fundado como um banco familiar, cujo nome era Casa Bancária Conde. Mais tarde passou a se chamar Banco de Crédito Nacional (BCN), com sede em São Paulo (BACEN, 2001).

Em relação aos anos pós-plano Real, conforme demonstra o gráfico 5, percebe-se que era um banco destinado às operações de crédito. Por isso, existia uma diferença muito grande entre as rendas de operações de crédito, que em 1995 passava dos R\$ 400 milhões e os depósitos à vista, que não chegava a R\$ 0,5 milhão.

Gráfico 5- Receitas de Serviços, de Operações de crédito e Depósitos à vista do banco de Credito Nacional (BCN) de (Dez/1994 – Dez/2017).



Fonte: Banco Central do Brasil (2018).

Mesmo com a existência de uma recessão na economia brasileira no ano de 1996, causada principalmente pelo endividamento da população, o BNC manteve as rendas provindas das operações de crédito em praticamente R\$ 300 milhões, com um aumento mínimo dos depósitos a vista. Tais números se davam normalmente pela grande demanda que a população possuía por crédito no período logo após a baixa da inflação.

Todavia, quando em 1997 o Bradesco assume o poder sobre o BCN, percebe-se uma proporcionalidade maior entre arrecadação e captação. Os dados do gráfico demonstram esse fato, uma vez que os depósitos à vista saem de R\$ 54 milhões em 1994 e passam a R\$ 243 milhões em 1997, ou seja, um aumento de mais de 300% no período analisado.

O BCN foi vendido ao Banco Bradesco em 1997, apesar de que o Bradesco ter adquirido o controle do BCN, o Bradesco optou por manter a estrutura do BCN separada do próprio banco. Na época, o Bradesco alegou que o BCN tem um bom quadro de profissionais e uma clientela segmentada, por esse fato que as agências ficaram ativas até 2003. Assim, enquanto o Bradesco atuava mais no varejo, o BCN tinha segmentos de *private* e *corporate banking* e também uma plataforma que atendia pequenas e médias empresas. A partir de 2003, todas as agências foram

incorporadas ao Bradesco, todos os clientes passaram a ser cliente do Bradesco (ADACHI, 1997).

Como este banco passou a ser propriedade de um banco privado e a atender um público mais específico e com rendas mais altas que a média da população brasileira, ocorreu um aumento das rendas com prestação de serviços. A referida variável apresentou a cifra de R\$ 15 milhões em 1994, para mais de R\$ 33 milhões em 1997, chegando a R\$ 49 milhões em 2002.

#### **4.1.6 Banco Bradesco**

O banco Bradesco foi fundado por Amador Aguiar em 1943, com o nome de Banco Brasileiro de Descontos S.A, na cidade de Marília, interior de São Paulo. Em uma época em que os demais bancos tinham como foco os grandes proprietários de terra, o Bradesco usou como estratégia se aproximar das camadas com menos posses, como pequenos comerciantes e funcionários públicos (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2017).

Em 1995, a Visa Internacional, em conjunto com o Banco Bradesco, Banco Real, Banco do Brasil e o Banco Nacional, decidem criar a processadora dos cartões de crédito da bandeira VISA. Dessa mesma forma, como propósito da inovação, o no final de 2011, através de uma nova parceria entre os bancos Bradesco, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, foi criada a bandeira Elo, de cartões (BRADESCO, 2017).

Nos anos 1990, com toda a mudança na economia brasileira, o Bradesco utilizou de uma boa estratégia para se manter entre os maiores bancos brasileiros. Através de ação estratégica de marketing para atender a um público específico que o banco se interessou em explorar, então se direcionou ao processo de privatização dos bancos estaduais, pois estes eram fortes detentores de contas de funcionários públicos, público alvo para o Bradesco. Primeiro, em 1997, o mineiro Credireal, depois o Baneb (Banco do Estado da Bahia) em 1999, e o BEA (Banco do Estado da Amazônia), em 2002, no caso do BEA, foi estratégia para entrar no mercado dessa região, já que nessa localidade o Bradesco não havia ainda se desenvolvido. Em 1997, adquiriu o Banco de Crédito Nacional. Ainda em 1999, o Bradesco adquiriu o Banco Continental, tradicionalmente focado no Crédito Direto ao Consumidor, explorando novamente um novo campo de mercado (SALVIANO JR, 2004, p. 79).

Já nos anos 2000, foi época de se desenvolver mundialmente, em 2001, estreou suas ações no pregão das Bolsas de Nova York (NYSE) e de Madri (LATIBEX). Assim, seus papéis passaram a ser negociados em três moedas diferentes: real, euro e dólar. Já em 2002, continuou as aquisições e bancos e marcas brasileiras, dessa vez o Bradesco, através do BCN, incorporou o Banco Cidade (BRADESCO, 2017).

Já na área de captação e investimentos de carteiras, em 2002, foram adquiridos os ativos do Deutsche Bank Investimentos, que transferiu à BRAM (Bradesco Asset Management) a administração de R\$ 2,16 bilhões em fundos de investimento e em carteiras administradas (BRADESCO, 2017). Em 2005, o Bradesco comprou a rede e a carteira de clientes do Banco Morada, instituição carioca especializada em crédito pessoal e crédito direto ao consumidor (CDC).

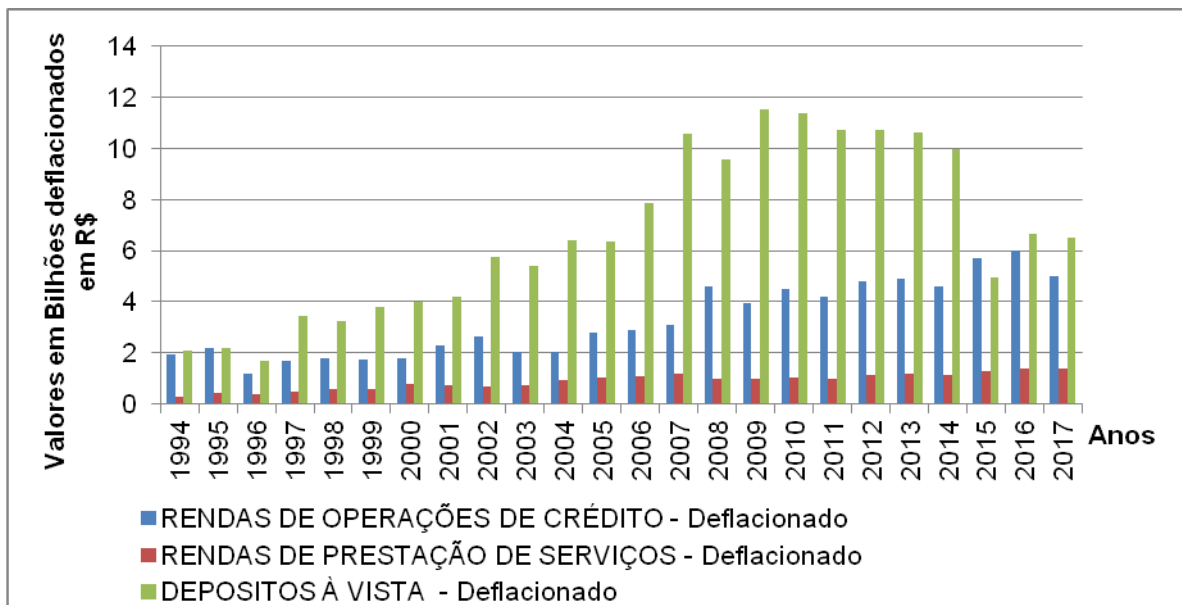
Já em 2006, o Bradesco adquiriu em leilão o BEC (Banco do Estado do Ceará). Em 2011, seria a vez da compra do BERJ (Banco do Estado do Rio de Janeiro), o que garantiu ao Bradesco operar por três anos, a partir de 2012, a folha de pagamento dos servidores ativos e inativos do Governo do Rio (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2017).

A última grande operação feita pelo Bradesco foi em 2015, quando foi decretado o acordo entre o Bradesco e a HSBC Holding, por R\$ 17,6 bilhões, considerado o maior negócio realizado no ano de 2015 no Brasil. Para que a operação fosse aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), o Bradesco teve que se comprometer a não adquirir qualquer outra instituição financeira pelo período de 30 meses após a assinatura do acordo (BACEN, 2015).

Conforme demonstra o gráfico 6, o Bradesco não se deixou influenciar pela demanda de crédito existente logo após o Plano Real, manteve os valores provindos das três variáveis praticamente constantes em 1994 e 1995. Influenciado pela recessão da economia em 1996, ocorreu uma queda nos valores apresentados das três variáveis naquele ano. Na análise geral dos anos dispostos no gráfico, percebe-se a predominância dos depósitos a vista, uma vez que essa variável chegou a atingir mais de onze e meio bilhões de reais em 2009, enquanto que as rendas provindas das operações de crédito chegaram em seu máximo de R\$ 5,9 bilhões em 2016.



Gráfico 6- Receita de Serviços, de Operações de crédito e Depósitos à vista do banco Bradesco de (Dez/1994 – Dez/2017).



Fonte: Banco Central do Brasil (2018).

Outro fato interessante que se verifica é em relação à variável de rendas com prestações de serviços, uma vez que ela foi de suma importância para este banco no período após o Plano Real. Apresentou aumento considerável ao longo dos anos, passando de R\$ 0,2 bilhões em 1994 para R\$ 1,4 bilhões em dezembro de 2017.

#### 4.1.7 Banco do Estado de São Paulo

O Banco do Estado de São Paulo, conhecido também por Banespa, foi uma instituição financeira estatal paulista fundada em 1909, inicialmente com o controle acionário de capitais franceses, liderados pelo banco Joseph Loste & Cie. Seu primeiro nome foi Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo. Dez anos depois, em 1919, o controle acionário do banco foi nacionalizado, tendo o tesouro do Estado de São Paulo se tornado seu acionista majoritário. Já em 1927, por meio de assembleia, a denominação social do banco foi alterada para Banco do Estado de São Paulo S. A. Assim nascia o novo banco, cujo foco principal era a defesa e financiamento da produção de café (SÃO PAULO ANTIGA, 2018).

Foi federalizado com base em leis estaduais aprovadas em 1996 e, em novembro de 2000, foi privatizado pelo governo do então presidente Fernando

Henrique Cardoso, o banco foi vendido em leilão público ao Banco Santander. A partir da compra, o banco passou a se denominar Banco Santander Banespa, mas por força do regulamento da privatização, os vencimentos dos funcionários públicos do estado de São Paulo permaneceram até 2006, no então Banespa. Após esta data, todos os funcionários públicos estaduais transferiram seus vencimentos para a o Banco Nossa Caixa que, na época, era o novo banco estadual de São Paulo. Após essa transferência, a marca Banespa foi extinta, passando-se a grafar apenas Banco Santander (SCIARRETTA, 2010).

Gráfico 7- Receita de Serviços, de Operações de crédito e Depósitos à vista do Banco do Estado de São Paulo(Dez/1994 – Dez/2017).



Fonte: Banco Central do Brasil (2018).

Conforme o gráfico 7, observa-se que o Banespa acabou por liberar valores consideráveis em operações de crédito logo após a implementação do Plano Real, conseguindo rendas com essas operações de mais de R\$ 3,4 bilhões em 1994. Após 1997, o perfil do banco se modifica, uma vez que a arrecadação supera as rendas provindas do crédito, sendo que tal fato prevalece mesmo após sua venda. Havia um padrão nos valores de arrecadação do banco, dentro de uma média de R\$ 1,4 bilhões em dezembro de cada ano, assim como em suas rendas com operações de crédito que após 1997 nunca ultrapassaram os R\$ 0,5 bilhões.

#### 4.1.8 Banco do Estado do Rio de Janeiro

O banco do Estado do Rio de Janeiro foi fundado em 1946, no município do Rio de Janeiro, então Distrito Federal (nasceu com o nome de Banco da Prefeitura do Distrito Federal - PREFEBANCO). Posteriormente, teve sua denominação alterada para Banco do Estado da Guanabara, uma vez que a capital do país mudou-se para Brasília (AAFBANERJ, 2018).

Em 1974, por decisão do governo federal, o BEG incorporou o Banco Halles, que possuía grande número de agências pelo Brasil, especialmente no estado de São Paulo. Um ano depois, com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, surge da união com o Banco do Estado do Rio de Janeiro (BERJ), o BANERJ, ganhando presença no interior do novo estado (AAFBANERJ, 2018).

Em dezembro de 1994 o BANERJ, por decisão do governo, passou a ser administrado pelo banco Bozzano Simonsen, oportunidade em que o banco voltou a dar lucro. No final de 1997, com o estado do Rio necessitando da ajuda federal para seu financiamento, resolveu vendê-lo para pagar parte das dívidas existentes (BACEN, 1997).

A saúde financeira do BANERJ foi atingida por vários golpes, como a transferência da dívida do metrô e a diferença entre os custos de captação de recursos e as taxas cobradas sobre os empréstimos concedidos pelo banco ao próprio estado, as dívidas com o Banco Central e com o Tesouro Nacional. Citam-se também as administrações desastrosas encabeçadas por pessoas sem competência técnica, indicadas por razões políticas, que culminaram em prejuízo aos maiores bancos públicos do país, a citar o BANERJ (BACEN, 1997).

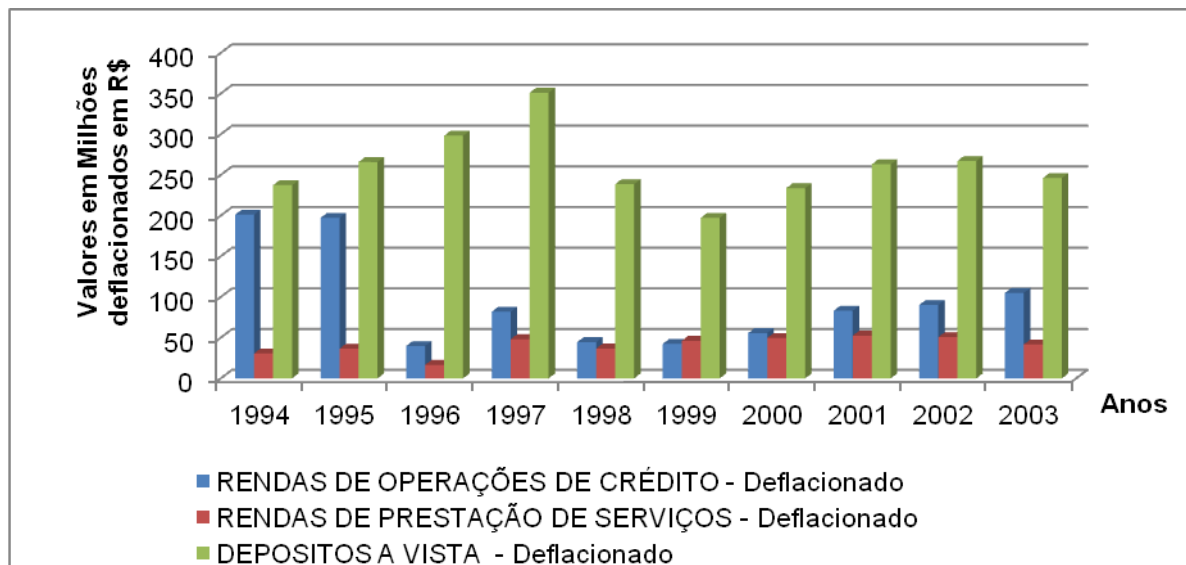
O fim do BANERJ deu-se em 1997, com a liquidação do Banco e a venda de sua parte saudável para o Itaú, após duas intervenções do Banco Central, o Banco Itaú comprou o Banco Banerj S.A. por R\$ 311,1 milhões, em leilão na Bolsa de Valores do Rio. Foi a primeira privatização de um banco estadual no Brasil. Essa seria apenas a primeira das várias privatizações que o país teve ao longo dos anos pós-plano Real (AAFBANERJ, 2018).

Já na primeira semana de administração, o Itaú optou pela mudança do nome, trocando de banco de Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. para Banco BANERJ S.A.. Pelo contrato de privatização de 1997, em sete anos o BANERJ S.A. teria exclusividade para ser o agente bancário do estado, ou seja, pagamento dos

funcionários e movimentações financeiras do governo estadual e suas empresas estatais. Após o término desse prazo o Grupo Itaú anuncia imediatamente a incorporação do BANERJ para virar totalmente agência do Itaú, foram incorporada sem duas fases: a primeira com agências do interior e segunda na capital ao final do ano de 2004 (AAFBANERJ, 2018).

Em relação às três variáveis analisadas pelo gráfico 8, percebe-se que antes da venda para o Itaú, o BANERJ possui um perfil próprio, onde possuía rendas em operações de crédito em igualdade com os depósitos à vista. Quando ocorre sua venda, o BANERJ assume o mesmo perfil do seu comprador, tendo grande foco nos depósitos a vista e menor grau de rendas com operações de crédito.

Gráfico 8- Receita de Serviços, de Operações de crédito e Depósitos à vista do banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ) (Dez/1994 – Dez/2017).



Fonte: Banco Central do Brasil (2018).

No mesmo ano da aquisição do BANERJ, o banco consegue quase R\$ 350 milhões em depósitos á vista. Houve também, após 1997, por influencia de seu novo dono, um aumento considerável nas rendas com prestações de serviços, uma vez que saiu de R\$ 30 milhões em 1994 para mais de R\$ 48 milhões em 1997 e atingiu os R\$ 52 milhões em 2001.

#### 4.1.9 Banco do Nordeste do Brasil

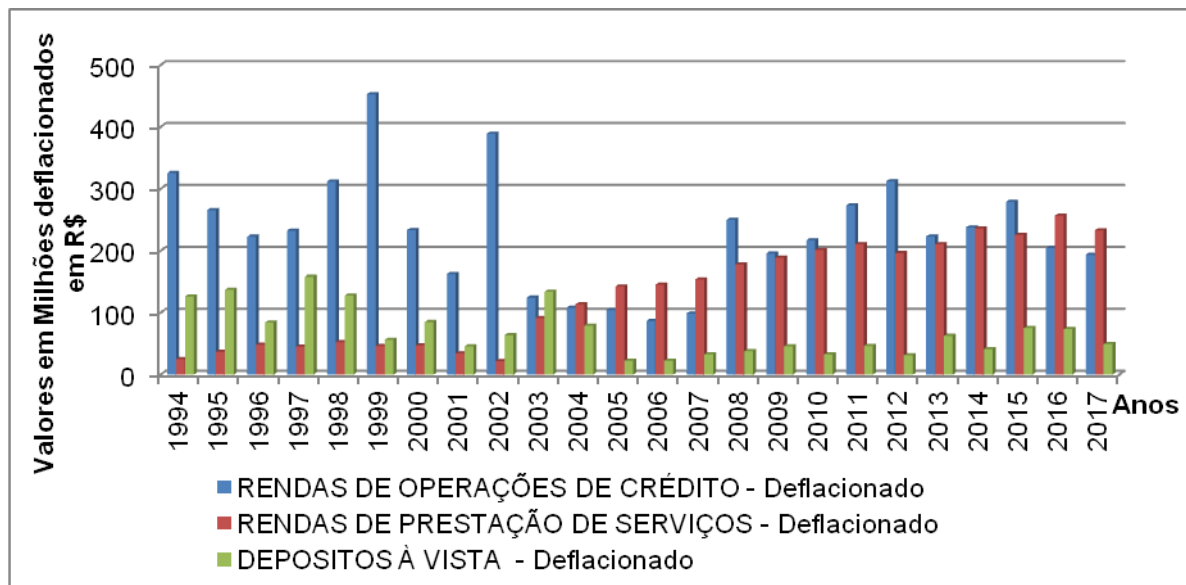
O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto e tem mais de 90% de seu capital e conhecida. O banco foi criado para financiar a população nordestina nos perímetros chamados de Polígono das Secas, perímetros esses que sofrem periodicamente prolongados períodos de estiagem. É uma instituição voltada para o desenvolvimento regional (BRASIL, 2017).

Atualmente, mantém a liderança na aplicação de recursos de longo prazo e de crédito rural em sua área de atuação. Sob a perspectiva institucional, atua como agente de desenvolvimento do Nordeste, com a missão de promover o bem-estar das famílias e a competitividade das empresas da região (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2017).

Como forma de financiamento de suas políticas, o BCN utiliza recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Sua aplicação volta-se à redução da pobreza e das desigualdades inter e intra-regionais, por meio do financiamento de setores produtivos, em consonância com o plano regional de desenvolvimento, instrumento elaborado de forma conjunta por órgãos federais e estaduais. Trata-se de um banco federal de atuação em nível regional voltado para o Nordeste (BRASIL, 2017).

Conforme mostra o gráfico 9, o BNB possui foco nas rendas com operações de crédito, uma vez o banco possuía um enfoque especial no financiamento das demandas da população que trabalha na área agrícola que, em períodos de estiagens, necessitam de crédito. Conforme demonstra os dados, em 1994 houve grandes rendas provindas das operações de crédito, ultrapassaram os R\$ 300 milhões, na crise pós Plano Real houve uma redução nessa variável, mas três anos depois, a partir de 1998 as rendas com operações de crédito voltam a crescer e chegam a mais de R\$ 400 milhões.

Gráfico 9- Receita de Serviços, Receita de Operações de crédito e Depósitos à vista do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (Dez/1994 – Dez/2017).



Fonte: Banco Central do Brasil (2018).

Um fato curioso é que nos últimos anos o Banco está investindo nos lucros com a prestação de serviços. Através disso, aumentou seu ganho R\$ 25 milhões em 1994, para R\$ 250 milhões em 2017. Esse ganho de 2017 superou o de rendas com operações de crédito.

#### 4.1.10 Banco Itaú

O banco Itaú foi fundado no dia 27 de setembro de 1924 na cidade de Poços de Caldas (MG). Seu armazém original ganhou nome, passou a ser então, Casa Moreira Salles. Já em 1943, Alfredo Egydio de Souza Aranha funda o Banco Central de Crédito, futuro Itaú, junto com seu sócio, Aloysio Ramalho Foz. Em 1973, depois de algumas fusões, o banco passa a se chamar apenas Itaú, que, em tupi-guarani, quer dizer pedra escura (ITAÚ, 2012).

Já com o avançar da economia brasileira e abertura do mercado para o capital estrangeiro, em 1995, surge o Itaú Personnalité. Um banco que se adéqua a necessidades dos clientes de alta renda, com gerentes, aplicações e atendimentos diferenciados e únicos para esse tipo de cliente. Esta foi uma estratégia vislumbrada pelos gestores do banco, já que o Brasil apesar de possuir muitos bancos populares

que também investiam nas pessoas com renda maior, não possuía um linha específica para atender esse público (ITAÚ, 2012).

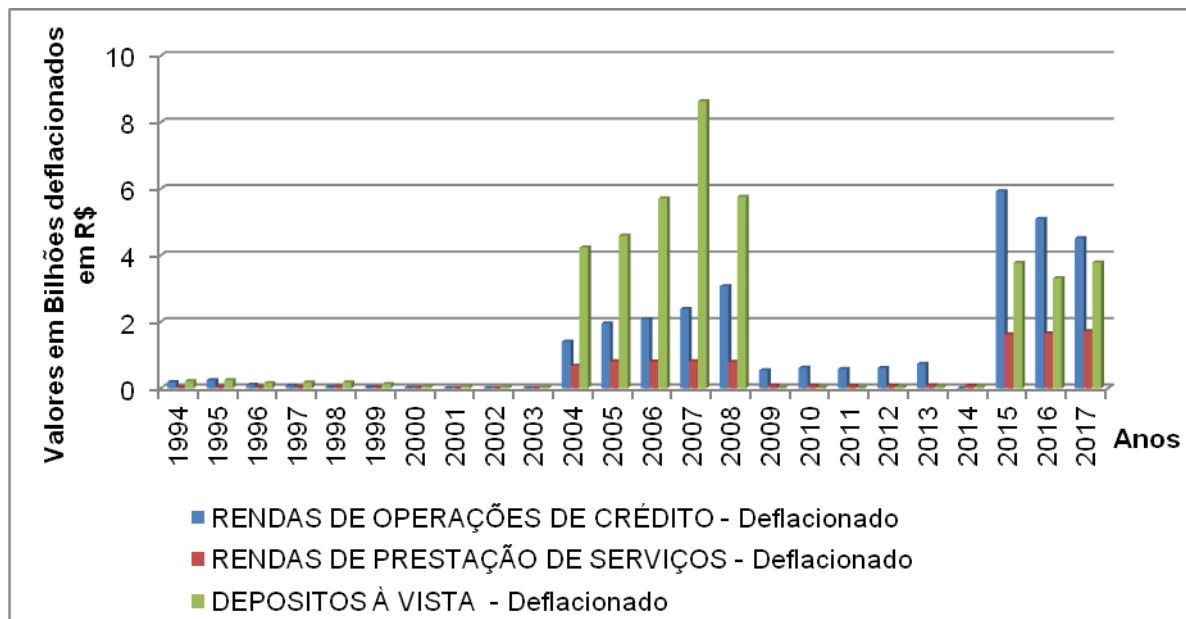
No processo de privatizações de bancos estatais, iniciada no final da década de 1990, após a implementação do Plano Real, onde houve grande incentivo do governo para que fosse vendidos e incorporados muitos bancos estaduais, o Itaú observou oportunidade e comprou o Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj S.A.) em 1997, mas manteve a marca Banerj até 2004. Adquiriu o Bemge, que era Banco do Estado de Minas Gerais S.A em 1998, comprou também o Banestado - Banco do Estado do Paraná S.A. em 2000, e por último o Banco do Estado de Goiás S.A. em 2001 (SALVIANO JR, 2004, p. 79).

Já em 2002, Itaú entra na Bolsa de Nova York (ITAÚ, 2012), abrindo seu capital para o investimento e venda de ações. Já em relação os meios de pagamentos, o Itaú acabou em 2004 ampliando o seu portfólio de meios de pagamento, adquirindo a Hipercard, bandeira conhecida do público desde os anos 1970 (SALVIANO JR, 2004).

Seu último grande feito em relação a compra e incorporações foi em 2008, quando ocorreu a união de dois grandes bancos brasileiros. Itaú incorpora a marca tão conhecida do banco Unibanco, passando a ser chamado a partir de então de Itaú Unibanco S.A. (MACHADO, 2008).

Conforme os dados do gráfico 10, percebe-se que o Itaú mantinha seus números constantes logo após a implementação do plano Real, bem dividido entre captação de recursos e empréstimos. Em 2004, o banco incorpora o Banerj ao seu conglomerado, exonerando a marca Banerj. Desde então, seus depósitos à vista aumentaram consideravelmente, passa de R\$ 0,03 bilhões para mais de R\$ 4 bilhões. Da mesma forma, ampliaram-se as receitas de crédito e a renda com a prestação de serviços (MACHADO, 2008).

Gráfico 10- Receita de Serviços, de Operações de crédito e Depósitos à vista do Banco Itaú S.A. (Dez/1994 – Dez/2017).



Fonte: Banco Central do Brasil (2018).

Com a junção do Unibanco ao Itaú houve mais um aumento nos depósitos à vista, ou seja, um banco que capta recursos à vista para ter capital para reinvestir. Já após a crise de 2008, o Itaú perdeu depósitos à vista, que caem de R\$ 5,5 bilhões em 2008, para R\$ 0,03 bilhões um ano depois (MACHADO, 2008). A melhora nos três indicadores analisados dá-se a partir de 2014, mas com uma mudança nos dados, pois é a partir de então que a renda de operações de crédito supera os depósitos à vista.

#### 4.2 EVIDÊNCIAS DE RELAÇÕES ENTRE O DESEMPENHO DO SETOR BANCÁRIO E INDICADORES MACROECONÔMICOS

O presente estudo realiza uma análise extensiva à realizada por Metzner e Matias (2015), incorporando ao estudo a investigação do comportamento das distintas rendas auferidas pelos maiores bancos brasileiros no período de 1994 a 2017. Sendo assim, o foco do estudo é mostrar a reação e adaptação dos bancos com relação à implementação do Plano Real, pois estes obtinham as receitas com base em *floating*, mas estas se tornaram praticamente nulas após o fim da alta inflação. Dessa forma, não se poderia simplesmente olhar o posicionamento das



variáveis contábeis de cada banco sem levar em conta os fatos que ocorreram na economia ao longo do período analisado. Logo, esta seção se dedica à análise de indicadores selecionados para o país.

De acordo com Hillbrecht (1999), toda política de governo se preocupa com determinados fatores, os quais que são de suma importância para o desenvolvimento da economia. Em especial, quando o Plano Real foi implementado, a condução da política monetária pelo Banco Central visava atingir o bem-estar dos indivíduos.

Dessa forma a atuação do Banco Central, através de sua política monetária, teve um papel relevante para a implementação do Plano Real, tornando-se um alicerce poderoso na busca pela manutenção do plano. Um dos instrumentos de política monetária mais utilizado no período foi o depósito compulsório, pois este serviu justamente para combater a elevação do crédito, por meio da redução de moeda escritural das instituições bancárias. Percebe-se também que o instrumento dos depósitos compulsórios<sup>9</sup>tem um mecanismo que pode reduzir o multiplicador bancário, contrair a base monetária e, por fim, diminuir a oferta de moeda na economia (BERCHIELLI, 2003).

É importante destacar, que para alcançar níveis mais baixos de inflação no Plano Real, foi necessário implantar uma política monetária bastante restritiva pelo governo, visando atingir, futuramente, uma trajetória de crescimento econômico autossustentável com desenvolvimento (POHLMANN; TRICHES, 2008). Para Carvalho (2003), o compulsório bancário foi o instrumento mais utilizado no Plano Real, com vistas à reduzir a expansão do crédito e, conseqüentemente, na busca pelo desaquecimento da demanda.

De acordo com Barros (1998), com o plano de estabilização, os bancos deixaram de ganhar com a alta inflação, passando a compensar essa perda através da expansão das operações de crédito, uma vez que com a economia estabilizada, haveria um aumento nos depósitos à vista e a prazo. No entanto, as medidas do

---

<sup>9</sup>O depósito compulsório bancário é uma exigência que o Banco Central faz às instituições depositárias (bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e caixas econômicas), para que estas mantenham junto à sua conta parte de seus recursos à vista. Como essas reservas compulsórias não rendem juros, elas funcionam como um imposto sobre os depósitos à vista dos bancos. Assim, ocorrendo mudanças na taxa de compulsório, afeta-se o multiplicador monetário, dada a base monetária. Tal política garante ao Banco Central um controle efeito sobre a oferta de moeda na economia, garantindo uma certeza maior sobre as taxas de inflação vigentes na economia. (HILLBRECHT, 1999).

governo por meio dos recolhimentos compulsórios restringiram o volume de crédito, adotando logo após a implantação do Real. Em dezembro de 1995, conforme mostra a tabela abaixo, predominavam alíquotas de 90% sobre os depósitos à vista, 15% sobre depósitos de poupança e 30% sobre os depósitos a prazo.

Tabela 4- Recolhimentos compulsórios no Brasil – alíquotas para os meses de dezembro de 1994 a 2015

Período	Recursos à vista	Depósitos a prazo	Poupança	
			Habitacional	Rural
Anterior ao "Plano Real"	50%	0,00%	15%	15%
1994	90%	27%	15%	15%
1995	83%	20%	15%	15%
1996	78%	20%	15%	15%
1997	75%	20%	15%	15%
1999	65%	0%	15%	15%
2000	45%	10%	15%	15%
2001	45%	15%	15%	15%
2002	45%	15%	20%	20%
2003	45%	15%	20%	20%
2008	42%	15%	20%	15%
2009	42%	13,5%	20%	15%
2010	43%	20%	20%	16%
2011	44%	20%	20%	17%
2012	44%	20%	20%	17%
2013	45%	20%	20%	13%
2015	45%	25%	20%	13%

Fonte: (BACEN, 2017).

Segundo Triches e Simonetto (2005), os depósitos compulsórios representaram um fator de contração da base monetária e contribuíram para a redução da liquidez da economia nos quatro primeiros anos do Plano Real. De fato, os depósitos compulsórios só chegaram em 65% em dezembro de 1999, ou seja, se passaram quatro anos com uma elevada retenção no poder dos bancos em emprestar valores provindos dos depósitos.

Em suma, a política monetária tem por objetivo controlar a expansão da moeda, do crédito e da taxa de juros, procurando adequá-las às necessidades de crescimento econômico e estabilidade de preços. No processo de controle do crédito, eleva-se o *spread* bancário sem influenciar na taxa de juros básica da

economia, tendo assim o recolhimento compulsório, a função de imposto, criando uma distorção no sistema bancário. (RIBEIRO; BARBOSA, 2005).

Assim, nesse contexto de mudança e adaptação às novas condições do mercado, os bancos brasileiros lançaram estratégias para se habituar ao novo contexto de estabilização macroeconômica e com baixa inflação. De fato, a estabilização desencadeou a redução drástica dos ganhos inflacionários dos bancos, provocando graves problemas de solvência de muitas instituições. E mais do que problemas internos e de lucros, os bancos ainda enfrentaram a liberação externa do mercado, ou seja, além da diminuição de suas receitas, os bancos passaram a competir com grandes conglomerados financeiros, em virtude da entrada de instituições estrangeiras no mercado financeiro nacional.

A tabela 5 apresenta uma síntese do desempenho de indicadores macroeconômicos para o Brasil. Pode-se perceber que, no início dos anos 1990, o país não cresceu, pois seu PIB ficou ou negativo ou perto de zero. Dentre os maiores motivos para esse não crescimento do país estão a alta inflação, a incerteza política e os juros elevados. Como os valores empregados em aplicações bancárias garantiam lucro aos agentes superavitários, esse fato contribuiu para que os bancos também lucrassem sobre valores em depósitos à vista da população.

Tabela 5- Crescimento do PIB em porcentagem (%), inflação em porcentagem (%), taxa de juros nominal em porcentagem (%), taxa de câmbio (R\$/US\$), taxa de juros de depósitos em porcentagem (%), poupança bruta em porcentagem (%) do PIB e dívida pública total em porcentagem (%) do PIB nos anos de 1990 ate 2016 para o Brasil.

(continua)

ANO	Crescimento do PIB	Inflação <sup>10</sup>	Taxa de juros nominal <sup>11/12</sup>	Taxa de câmbio <sup>13</sup>	Taxa de juros de depósito <sup>14</sup>	Poupança bruta <sup>15</sup>	Dívida pública total <sup>16</sup>
1994	5,3	2.075,9	56	R\$ 0,66468	5.175	19,7	31,8
1995	4,4	66,0	39	R\$ 0,91767	52	14,2	29,1
1996	2,2	15,8	24	R\$ 1,00510	26	12,7	29,6
1997	3,4	6,9	42	R\$ 1,07799	24	12,2	30,4
1998	0,3	3,2	33	R\$ 1,16052	28	11,5	35,4
1999	0,5	4,9	21	R\$ 1,81393	26	10,6	45,5
2000	4,1	7,0	15	R\$ 1,82942	17	12,5	45,5
2001	1,4	6,8	18	R\$ 2,34963	18	12,3	47,9
2002	3,1	8,5	23	R\$ 2,92036	19	14,5	55,8
2003	1,1	14,7	18	R\$ 3,07748	22	15,3	55,8

<sup>10</sup> A fórmula de Laspeyres foi utilizada para cálculo do índice de preços ao consumidor, retirado do World Bank.

<sup>11</sup> A taxa Overnight / Selic é a média dos juros que o Governo paga aos bancos que lhe emprestaram dinheiro.

<sup>12</sup> No período de 1º de julho de 1996 a 4 de março de 1999, a taxa básica para definição de todas as demais taxas de juros da economia brasileira era a TBC (Taxa Básica do Banco Central), determinada mensalmente pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil. A partir de 2 de janeiro de 1998, essas taxas passaram a ser fixadas na expressão anual. Após 5 de março de 1999, com a extinção da TBC, o Copom passou a divulgar a meta para a taxa Selic, estabelecida periodicamente para fins de política monetária. Dados foram retirados do IPEADATA.

<sup>13</sup> Taxa medida através de uma média de períodos. Dados retirados do World Bank.

<sup>14</sup> A taxa de juros de depósito é a taxa paga por bancos comerciais ou similares por depósitos de demanda, tempo ou poupança. Dados retirados do World Bank.

<sup>15</sup> Poupança bruta em porcentagem do PIB é calculada como renda nacional bruta menos o consumo total, mais as transferências líquidas. Dados retirados do World Bank.

<sup>16</sup> Dívida líquida do setor público em porcentagem do Produto Interno Bruto com fluxo acumulado em 12 meses. Compreende as dívidas do governo federal e Banco Central, governos estaduais, governos municipais e empresas estatais (federais, estaduais e municipais). É gerado um relatório mensal pelo IPEADATA, para esse trabalho foi feita uma média aritmética dos valores mensais, para uso anual.

Tabela 5- Crescimento do PIB em porcentagem (%), inflação em porcentagem (%), taxa de juros nominal em porcentagem (%), taxa de câmbio (R\$/US\$), taxa de juros de depósitos em porcentagem (%), poupança bruta em porcentagem (%) do PIB e dívida pública total em porcentagem (%) do PIB nos anos de 1990 ate 2016 para o Brasil.

(conclusão)

<b>ANO</b>	<b>Crescimento do PIB</b>	<b>Inflação</b>	<b>Taxa de juros nominal</b>	<b>Taxa de câmbio</b>	<b>Taxa de juros de depósito</b>	<b>Poupança bruta</b>	<b>Dívida pública total</b>
<b>2004</b>	5,8	6,6	19	R\$ 2,92512	15	18,0	52,1
<b>2005</b>	3,2	6,9	19	R\$ 2,43439	18	17,1	48,3
<b>2006</b>	4	4,2	13	R\$ 2,17533	14	16,8	46,9
<b>2007</b>	6,1	3,6	11	R\$ 1,94706	11	17,3	41,4
<b>2008</b>	5,1	5,7	14	R\$ 1,83377	12	16,9	39,9
<b>2009</b>	-0,1	4,9	9	R\$ 1,99943	9	13,9	38,9
<b>2010</b>	7,5	5,0	11	R\$ 1,75923	9	18,0	36,4
<b>2011</b>	4,4	6,6	11	R\$ 1,67283	11	18,6	33,2
<b>2012</b>	1,9	5,4	7	R\$ 1,95307	8	18,1	31,5
<b>2013</b>	3	6,2	10	R\$ 2,15609	8	18,3	31,4
<b>2014</b>	0,5	6,3	12	R\$ 2,35295	10	16,0	32,9
<b>2015</b>	-3,8	9,0	15	R\$ 3,32690	13	14,4	41,0
<b>2016</b>	-3,6	8,7	14	R\$ 3,49131	12	13,9	49,1

Fonte: World Bank (2018) e IPEADATA (2018).

No início dos anos 1990, os baixos níveis de utilização média da capacidade instalada na indústria reforçam a análise de que o país não estava utilizando todo seu potencial para produzir e fazer o PIB crescer. Segundo Baumann (1998, p. 45):

O Plano Collor, portanto, na tentativa fracassada de solucionar de forma definitiva um estado hiperinflacionário que se criara no Brasil, acabou por aprofundar em 1990, ainda mais, o quadro de crise da economia que se iniciara em meados de 1987. Desagregando o setor industrial por categorias de uso, também se tem uma ideia da intensidade da crise no início da década de 90. O setor produtor de bens de capital foi o mais prejudicado, sendo o que registrou o maior decréscimo, em 1990, 15,5%. Assim como o setor de bens de capital, o de bens intermediários também apresentou crescimento do PIB negativo durante os anos de 1990, 1991 e 1992.

Por outro lado, 1993 foi o ano que a população mais guardou dinheiro, poupando cerca de 20% do PIB. Uma explicação para esse fato se encontra na taxa de juros de depósito, que em 1993 chegou a 3.200% (taxa paga por bancos comerciais ou similares por depósitos de demanda, tempo ou poupança). A partir de 1995, ocorre uma desaceleração da economia. Este desaquecimento se revelou como resposta à alteração da política cambial, ocorrida em março de 1995, necessária, segundo o governo, para proteger a economia doméstica.

Nesse contexto, o governo brasileiro, por intermédio do Banco Central - Bacen, sentiu a necessidade de modificar a política de valorização da taxa de câmbio. Seu objetivo era evitar uma fuga de capitais e tentar reverter os saldos negativos da balança comercial. Com esta intenção, lançou um pacote de medidas que consistiram em: desvalorização da taxa de câmbio nominal, adotando um sistema de bandas cambiais cuja variação foi de 0,88 R\$/US\$ e 0,93 R\$/US\$; aumento de tarifas de importações e a clássica medida de elevação das taxas de juros internas para atrair capital estrangeiro (PORTUGAL; GALVÃO, 1996, p.99).

Sobretudo, a população, em 1995, pode viver com uma redução drástica na inflação, que caiu de 2.000% em 1994, para 66% em 1995. A estabilidade relativa do nível de preços incentivou o consumo que, por consequência, diminuiu a taxa de poupança daquele ano, indo para apenas 14% do PIB produzido. Com o Plano Real, houve também redução da dívida pública e desvalorização do Real frente ao dólar (BACHA, 1998).

Já em 1996, as taxas de câmbio aumentaram, fazendo as importações diminuírem. A taxa de poupança reduziu novamente, chegando a 12% do PIB, mas em compensação a dívida do governo se manteve menor que os outros anos.

Conforme coloca Bacha (1998):

Em virtude das medidas de política econômica, adotadas pelo novo governo para manter a sustentação do Plano Real, o setor produtivo foi bastante atingido. De imediato, houve grande disponibilidade de crédito, os bancos precisavam lucrar afinal sua maior fonte de renda havia sido exterminada, pois a inflação se encontrava reduzida, dessa forma disponibilizar crédito e ganhar juros foi a primeira oportunidade que esse setor teve. Porém, já em 1996, com a euforia da baixa inflação reduzida, começou uma onda de inadimplência, o que acabou por fazer a economia entrar em um período de recessão o que provocou a redução do crédito para o setor privado e para o consumidor, fazendo desaquecer a demanda e com isso contrair a produção industrial. (BACHA, 1998, p.51)

Em 1997, o país volta a crescer novamente, a inflação cai, a taxa de câmbio continua valorizada, reduzindo as taxas de importações e fazendo o consumo ser maior de produtos brasileiros. A taxa de poupança da população continua em 12%, a taxa de juros de depósitos se manteve baixa, dentro dos 24% e a dívida pública brasileira volta a crescer novamente.

Os anos de 1998 e 1999 foram “anos perdidos”, conforme coloca Ribeiro (2002), pois houve variação do PIB quase nula. A inflação se manteve baixa, assim como os juros da economia. Em compensação, a poupança da população reduziu mais ainda, ficando em torno de 10% do PIB. A taxa de câmbio aumentou, chegando a quase dois reais por um dólar e, como consequência, a dívida pública do país aumentou, chegando a 45% do PIB do país.

O início do milênio foi também de recuperação do país, após praticamente três anos de recessão. O país volta a crescer, consegue também manter a inflação baixa, as taxas de juros também diminuem, ficando em 15% ao ano. Este conjunto de fatores permite com que o investimento aumente e, conseqüentemente, a produção do país também. Ademais, a poupança da população volta a aumentar, a taxa de câmbio se mantém alta e a dívida do governo também é considerada alta.

Já no ano de 2003, com o presidente Lula assumindo o governo do país, havia muita incerteza, o que fez diminuir os investimentos, o dólar disparou, chegando a três reais para comprar um dólar, a dívida do governo aumenta para mais de 50% do PIB, o crescimento do país cai para casa dos 1 %. E a inflação se torna a mais alta desde o Plano Real.

Contudo, após a estabilização do governo no país, a confiança surge e o país volta a crescer até 2008. A dívida pública se manteve perto dos 50% do PIB do país, a população volta a poupar e aumenta a taxa de poupança em relação ao PIB, a

inflação se mantém baixa e o PIB positivo. A partir de 2009, a produção do país afetada pela crise mundial fica negativa, a poupança brasileira volta a diminuir, a dívida do governo se reduz, pois a taxa de câmbio se desvaloriza.

Após 2014, com os problemas políticos e escândalos de corrupção, a variação do PIB chega a ficar negativa. A partir de 2015, a dívida pública volta a aumentar, assim como a inflação e as taxas de juros da economia.

Dessa forma após uma análise detalhada sobre o ocorrido com as variáveis macroeconômicas do país, realiza-se estudo de correlação dos dados macroeconômicos com os dados das três variáveis do balanço patrimonial dos bancos (analisadas na seção anterior). Para demonstrar como as variáveis macroeconômicas podem influenciar de maneira direta positivamente ou negativamente as variáveis microeconômicas específicas dos balanços patrimoniais dos bancos. Explicando assim o comportamento e criação dos bancos com o que ocorre na economia do país ao longo dos anos.

A tabela 6 indica que o crescimento do PIB do país influencia direta e positivamente todas as variáveis contábeis analisadas dos bancos. Ou seja, com o crescimento do país, infere-se que a população tende a aumentar os depósitos à vistas, a abrir mais contas em banco, usar mais fontes de crédito, de forma a beneficiar a renda dos bancos com a prestação de serviços. Da mesma forma, com relação às rendas provindas de operações de créditos, a influência do crescimento do PIB é positiva, porém menos intensa.

Com relação à associação linear entre o desempenho dos principais bancos e a inflação e as operações de crédito, obteve-se um coeficiente baixo e negativo. Daí infere-se que, assim como a inflação alta corrói a renda da população e o poder de compra, a inflação corrói também o valor das dívidas existentes também. Logo, o prestador acaba por diminuir seu lucro com essas operações quando ocorre aumento dessa variável (e vice-versa).

As rendas provindas da prestação de serviços e a inflação praticamente não possuem correlação, ou seja, uma não influência de maneira direta a outra.

A taxa de juros nominal está correlacionada positivamente com os depósitos à vista, pois quando a taxa aumenta, a tendência é se ter um aumento dos depósitos. Ainda, a taxa de juros nominal é correlacionada negativamente com as rendas com operações de crédito, pois se torna mais caro para a população tomar emprestado e a tendência é uma redução pela demanda geral de crédito na economia.



A taxa de câmbio do país, quando correlacionada com as três variáveis específicas do balanço patrimonial dos bancos, praticamente não as influencia. Não que o câmbio não afete as decisões e resultados dos bancos, ela simplesmente não possui relação quando comparada com essas variáveis específicas dos bancos.

Além da taxa de juros nominal possuir influência considerável sobre os depósitos à vista, a taxa de juros de depósitos é altamente correlacionada com essa variável. Em tese, quanto maiores forem as taxas de juros de depósitos, mais a população tenderá a deixar os valores em conta bancárias para garantir lucros provindos do pagamento de juros. Essa macro variável é correlacionada positivamente também com as rendas vindas da prestação de serviços, uma vez que com mais dinheiro destinado a ficar nos bancos, há criação de novas contas em função da possibilidade de maior ganho provindo dos juros, os bancos tendem a ganhar mais com o aumento da prestação de serviços bancários e de assessoria de investimentos. Já as taxa de juros de depósitos são negativamente correlacionadas com as rendas de crédito.

Com relação à poupança bruta, percebe-se que é negativamente correlacionada com a variável de rendas com crédito, uma vez que se é possível aumentar a poupança do país, a tendência é que a população precise menos tomar emprestado valores nos bancos. Espera-se ainda que se a poupança bruta aumenta, os depósitos à vista tendem a aumentar também, uma vez que elas são correlacionadas positivamente.

A dívida pública, apesar de ser uma variável de suma importância para o cenário econômico, não é uma variável que está diretamente correlacionada com as três variáveis de desempenho dos bancos.

Tabela 6– Coeficiente de correlação entre as variáveis macroeconômicas e as três variáveis de desempenho dos maiores bancos brasileiros (1994-2017).

	<i>Crescimento do PIB</i>	<i>Inflação</i>	<i>Taxa de juros nominal</i>	<i>Taxa de câmbio</i>	<i>Taxa de juros de depósito</i>	<i>Poupança bruta</i>	<i>Dívida pública total</i>	<b>RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Deflacionado</b>	<b>RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Deflacionado</b>	<b>DEPOSITOS À VISTA - Deflacionado</b>
<b>RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Deflacionado</b>	0,19	-0,17	-0,37	0,03	-0,33	-0,47	0,03	1,00	0,19	-0,17
<b>RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Deflacionado</b>	0,21	0,36	0,34	0,02	0,53	0,09	0,03	0,01	0,21	0,36
<b>DEPOSITOS À VISTA - Deflacionado</b>	0,49	-0,13	0,44	-0,16	0,77	0,14	0,05	-0,27	0,49	-0,13

Fonte: Adaptado de World Bank (2018), IPEADATA (2018) e BACEN (2018).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo abordou alguns aspectos relacionados à história da economia brasileira, à constituição e consolidação do sistema bancário. Pode-se compreender como ocorreu a organização, expansão e concentração do sistema financeiro brasileiro, desde sua criação, bem como os problemas enfrentados por esse setor para obter seu desenvolvimento ao longo das décadas mais recentes.

Os problemas macroeconômicos que o Brasil enfrentou, especialmente no período entre as décadas de 1980 e 1990, como alta inflação e pouco crescimento do produto interno bruto, influenciaram a dinâmica de atuação dos bancos. Da mesma forma, as políticas econômicas e institucionais instituídas no período tiveram impacto sobre o desempenho alcançado por estas organizações.

O Plano Real foi de suma importância para promover a estabilização macroeconômica, mas afetou o sistema bancário nacional, uma vez que os bancos possuíam grandes ganhos com as receitas de *floating*. A partir de 1994, essas receitas praticamente desapareceram. Além disso, o Plano criou condições para que acontecesse os processos de privatização, extinção ou incorporação de bancos públicos estaduais.

Após as reformas institucionais promovidas pelo Plano Real, os bancos que sobreviveram ao período de estabilização foram os que souberam aproveitar novas oportunidades, como a captação de recursos à vista, receitas com operações de créditos e receitas com a prestação de serviços. Assim, infere-se que os bancos souberam transferir sua política de desenvolvimento para novas áreas que trariam resultados positivos ao longo do período.

Foi possível visualizar também que os bancos públicos estaduais, em sua maioria, foram privatizados, vendidos ou incorporados para que os Estados pudessem quitar dívidas junto ao Governo Federal. O Governo Federal incentivou tais acontecimentos com a criação de programas públicos específicos para tais ações.

Entende-se que as análises e aplicações efetuadas no decorrer deste trabalho contribuem com a literatura já existente sobre o que de fato ocorreu com o setor bancário nacional após a implementação do Plano Real e a redução drástica da inflação, e como cada banco se posicionou nesse período até a atualidade. E o presente trabalho acrescenta uma análise com relação a associação linear existente

entre as micro variáveis escolhidas dos balanços de cada banco e as variáveis macroeconômicas do país, demonstrando como os bancos existentes detêm opções reais de manter seus resultados positivos mesmo em meio as crises econômicas.

O presente trabalho se deteve a escolha de três variáveis específicas do balanço patrimonial de cada banco e as analisou individualmente para cada grande banco em 1994, dando continuidade ao trabalho realizado por Metzner e o Matias (2015). Como sugestão de análises futuras, poderia se escolher outras variáveis do balanço patrimonial dos bancos, incluir, por exemplo, os depósitos à prazo na análise da captação de recursos.

## REFERÊNCIAS

AAFBANERJ, Um banco chamado BANERJ, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<http://aafbanerj.org.br/institucional/memoria>> Acesso em: 20/03/2018.

ADACHI, Vanessa. Bradesco conclui a compra do BCN. **Folha de São Paulo**, 04 dez. 1997. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi041205.htm>> Acesso em: 20/03/2018.

Andima/IBGE: Sistema Financeiro. **Uma análise das Contas Nacionais**; 1990-1995. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv26014.pdf>> Acesso em: 02/11/2017.

ASSAF N. A. **Mercado Financeiro**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BACHA, E. L. **O Brasil pós Real**: a política econômica em debate. 2. ed. São Paulo: UNICAMP, 1998.

BAER, W. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

BAER, W. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Balancetes e Balanços Patrimoniais**: (Transferência de arquivos). Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/balancetes.asp>> Acesso em: 03/03/2018

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Dados estatísticos**: Publicações de dados estáticos macroeconômicos referentes ao país. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/PUBLICACOES>>. Acesso em: 12/12/2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatórios**: Evolução do Sistema Financeiro Nacional- 1990/2000. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/e88-2000/anex1.asp?idpai=relsf19882000>>. Acesso em: 03/11/2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatórios**: Relatório de atividades da diretoria de fiscalização (1995– 2002). Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 03/11/2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatórios**: Relatório de oito anos da Supervisão, Saneamento e Fiscalização. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?REL8FISC>>. Acesso em: 01/11/2017.

BANCO DO BRASIL. **Mais de 200 Anos de História**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/page22,3669,3669,22,0,1,8.bb?codigoNoticia=29857>>. Acesso em: 20/03/2018.

BANCO DO BRASIL **Histórico da instituição**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2010/port/ra/02.htm>>. Acesso em: 20/03/2018.

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **História**. Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <[http://www.banrisul.com.br/bob/link/bobw00hn\\_historia.aspx?secao\\_id=2509](http://www.banrisul.com.br/bob/link/bobw00hn_historia.aspx?secao_id=2509)>Acesso em: 20/03/2018.

BANQUEIRO arretado. **Isto é Dinheiro**, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/financas/20130412/banqueiro-arretado/1421.shtml>>Acesso em: 20/03/2018.

BARROS, J. R. M. LOYOLA, M. BOGDANSKI, J. . **Reestruturação do sistema financeiro no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Abril, 1998.

BAUMANN, R. **Integração da América do Sul**: dois temas menos considerados. Brasília: Albatroz, 1998.

BERCHIELLI, F. O. **Economia Monetária**. São Paulo: Saraiva, 2003.

BERTÃO, Naiara. O novo banco Safra é mais do mesmo. **Revista Exame**. 16 jun. 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/revista-exame/o-novo-safra-e-mais-do-mesmo/>>Acesso em: 20/03/2018.

BMG. **Nossa história**. Minas Gerais, 2018. Disponível em: <**Erro! A referência de hiperlink não é válida.**>Acesso em: 20/03/2018.

BRASIL. Lei Nº 9.710, de 19 de novembro de 1998, com Conversão da MPV nº 1.604-38 de 22 de outubro de 1998, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. **Casa Civil**, Brasília, DF, 19 nov. 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9710.htm)>. Acesso em: 06/11/2017.

BRASIL. Medida Provisória Nº 1.514-3, de 31 de outubro de 1996. Que dispõe sobre mecanismos para incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 31 out. 1996. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1996/medidaprovisoria-1514-3-31-outubro-1996-359357-publicacaooriginal-1-pe.html>>Acesso em: 09/11/2017.

BRASIL. Resolução 2211, de 16 de novembro de 1995, documento normativo revogado pela Resolução 3024, de 24 de outubro de 2002. Que dispõe sobre a aprovação do estatuto e do regulamento do Fundo Garantidor de Créditos. **Banco Central do Brasil**, Brasília, DF, 24 out. 2002. Disponível em: <**Erro! A referência de hiperlink não é válida.**>. Acesso em: 28/11/2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **As contradições da inflação brasileira**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?** 3. ed. São Paulo: Novos estudos, 2010.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **História, missão e visão de futuro**. Brasília, 2017. Disponível em: <[www.caixa.gov.br/asp/historia\\_e\\_missao.asp](http://www.caixa.gov.br/asp/historia_e_missao.asp)>. Acesso em: 20/03/2018.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Sobre a Caixa**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/apresentacao/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 20/03/2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Parlamentares de Inquérito - CPI / 51ª Legislatura (1999-2003) / CPI Proer – Capítulo III-3. Banco Banorte. . **Brasília**, 2003.<Erro! A referência de hiperlink não é válida.>Acesso em: 20/03/2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Parlamentares de Inquérito - CPI / 51ª Legislatura (1999-2003) / CPI – Capítulo III-5. BANCO BAMERINDUS. **Brasília**, 2003.<Erro! A referência de hiperlink não é válida.>Acesso em: 20/03/2018.

CAMARGO, P. O. **A evolução recente do setor bancário no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/109128/ISBN9788579830396.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 02/11/2017.

CARVALHO, C. E. Bancos e inflação no Brasil: da crise dos anos de 1980 ao Plano Real. In: CONFERENCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, São Paulo, 2003. Disponível em: <[http://www.abphe.org.br/arquivos/2003\\_carlos\\_eduardo\\_carvalho\\_bancos-e-inflacao-no-brasil\\_da-crise-dos-anos-1980-ao-plano-real.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_carlos_eduardo_carvalho_bancos-e-inflacao-no-brasil_da-crise-dos-anos-1980-ao-plano-real.pdf)>. Acesso em: 15/11/2017.

CARVALHO, C. E; VIDOTTO, C. **A. Abertura do setor bancário ao capital estrangeiro nos anos 1990: os objetivos e o discurso do governo e dos banqueiros**. 2. ed. Belo Horizonte: Nova Economia, 2007.

CASTRO, L. B. **Esperança, Frustração e Aprendizado: A história da Nova República (1985-1989)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CONTEL, F. B. **Características atuais das Políticas de Internacionalização no Brasil**, 3. e.d. São Paulo: Curriculum, 2009. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/ecurriculum>>. Acesso em: 18/02/2018.

CORAZZA, G; OLIVEIRA, R. **Os bancos nacionais face a internacionalização do sistema bancário brasileiro**. Porto Alegre: Análise Econômica, 2007.

DE PAULA, D. **O sucesso do Plano Real na economia brasileira**. São Paulo: [s.n.], 2010. Disponível em: <[http://portal.viannajr.edu.br/files/uploads/20140224\\_084806.pdf](http://portal.viannajr.edu.br/files/uploads/20140224_084806.pdf)>. Acesso em: 10/11/2017

DE PAULA, L. F. **Tamanho, dimensão e concentração do sistema bancário no contexto de alta e baixa inflação no Brasil**. Belo Horizonte: Nova Economia, 1998.

Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/tamanho\\_dimensao\\_e\\_concentracao.pdf](http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/tamanho_dimensao_e_concentracao.pdf)> Acesso em: 02/11/2017.

DINO, Rafael. O sucesso por trás da história do Banco BMG e do seu presidente, Ricardo Guimarães. **Revista Exame**. 25 fev. 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/dino/o-sucesso-por-tras-da-historia-do-banco-bmg-e-do-seu-presidente-ricardo-guimaraes-dino89089750131/>> Acesso em: 20/03/2018.

DOELLINGER, C. V. **Reordenação do sistema financeiro. Perspectivas da Economia Brasileira 1992**, Brasília: INPES, 1992.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. **Central de Balanços**. Disponível em: <<https://centraldebalancos.febraban.org.br/>> Acesso em: 02/05/2018

FILGUEIRAS, L. **História do Plano Real**. São Paulo: Bomtempo, 2000.

FORTUNA, E. **Mercado Financeiro: produtos e serviços**. 18. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010.

GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, B. L.; HERMANN, J.; **Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010]**, 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Disponível em: <[http://home.ufam.edu.br/andersonlfc/Economia\\_Brasileira\\_Contemporanea/ECONOMIA%20BRASILEIRA%20CONTEMPOR%C3%82NEA%20A%20ED.pdf](http://home.ufam.edu.br/andersonlfc/Economia_Brasileira_Contemporanea/ECONOMIA%20BRASILEIRA%20CONTEMPOR%C3%82NEA%20A%20ED.pdf)>. Acesso em: 19/05/2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRANDES negócios do setor desde 1996. **Veja**, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/grandes-negocios-do-setor-desde-1996/>> Acesso em: 20/03/2018.

GREMARD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JR., R. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HILLBRECHT, R. **Economia Monetária**. São Paulo: Atlas, 1999.

HISTÓRIA do Banespa. **São Paulo Antiga**, São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://www.saopauloantiga.com.br/tag/historia-do-banespa/>> Acesso em: 20/03/2018.

ITAÚ. **Linha do tempo**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www.itaubank.com.br/sobre/memoria/linha-tempo/>> Acesso em: 20/03/2018.

LUNDBERG, E. **Rede de Proteção e Saneamento do Sistema Bancário**. São Paulo: Texto novo, 1999.

MACHADO, Marina. Itaú compra o Unibanco e é um dos 20 maiores. **Jornal Inverta**, 30 nov. 2008. Disponível em: <<https://inverta.org/jornal/edicao-imprensa/430>> Acesso em: 20/03/2018.



MATIAS, A.B. **Estudo técnico sobre as taxas de juros vigentes no Brasil: uma análise das hipóteses convencionais**. São Paulo: [s.n.] 2004. Disponível em: <[http://www.cepefin.org.br/estudo\\_tecnico\\_razoes\\_dos\\_elevados\\_juros\\_versao\\_3.pdf](http://www.cepefin.org.br/estudo_tecnico_razoes_dos_elevados_juros_versao_3.pdf)> Acesso em 04/03/2018.

MATIAS, A.B.; PEIXOTO, M.A.T. **A indústria bancária brasileira na década de 90**. São Paulo: Atlas, 2000.

METZNER, T. D.; MATIAS, A.B. **O setor Bancário Brasileiro de 1990 a 2010**. São Paulo: Manole, 2015.

MINELLA, A.; **Banqueiros: Organização e Poder Político no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1998.

MUNHOZ, D. G. **Economia aplicada: técnicas de pesquisa e análise econômica**. Brasília: UnB, 1989.

NAKANO, Yoshiaki. **As fragilidades do Plano Collor de estabilização**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1990.

NEUHAUS, P. **História Monetária do Brasil 1900-45**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69982>> Acesso em: 14/04/2018.

NOGUEIRA, C, Y. **Bancos públicos: vantagens e desvantagens de sua existência**. São Paulo: Abril, 2017. Disponível em: <<https://yasmincastanha.jusbrasil.com.br/artigos/451671611/bancos-publicos-vantagens-e-desvantagens-de-sua-existencia>>. Acesso em: 20/03/2018.

OLIVEIRA, G. **Brasil Real. Desafios da pós-estabilização na virada do milênio**. 2. ed. São Paulo: Mandarim, 1996.

PACHECO, Paula. O Brasil tem muita reserva de mercado', diz presidente da Sicredi. **Jornal Correio Braziliense**. 30 abril 2018. Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/04/30/internas\\_economia,677204/o-brasil-tem-muita-reserva-de-mercado-diz-presidente-da-sicredi.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/04/30/internas_economia,677204/o-brasil-tem-muita-reserva-de-mercado-diz-presidente-da-sicredi.shtml)> Acesso em: 20/03/2018.

PASSOS, C.R.M; NOGAMI, O. **Princípios de economia**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

PINHEIRO, A. C. **Impactos microeconômicos da privatização no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1996. Disponível em: <<http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/744>>. Acesso em: 20/03/2018.

POHLMANN, E. L.; TRICHES, D. **Análise do desempenho da política monetária no Brasil após o Plano Real**. São Paulo: Brasiliense, 2008. Disponível em:

<<http://www.perspectivaeconomica.unisinos.br/pdfs/80.pdf> > Acesso em: 31/03/2018.

PORTUGAL, M.; GALVÃO, A. **A economia do Real**. Porto Alegre: Ortiz, 1996.

PRADO JR, C. **Organização social**: Formação do Brasil Contemporâneo(Colônia). 14.ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

PUGA, F., P. **Sistema financeiro brasileiro**: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. Disponível em: <<http://www.creativante.com.br/download/puga.pdf>>. Acesso em: 03/12/2017

RIBEIRO, E. M. O.; BARBOSA, F. H. **A Demanda de Reservas Bancárias no Brasil**. 2002.Disponível em:<<http://www.ppge.ufrgs.br/giacomo/arquivos/ecop137/ribeiro-barbosa-2002.pdf>>Acesso em: 28/02/2018.

ROSS, S. A.; WERTERFIELD, R.W.; JORDAM, B.D. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1998. Disponível em: [http://nc-moodle.fgv.br/cursos/centro\\_rec/docs/planejamento\\_financeiro.pdf](http://nc-moodle.fgv.br/cursos/centro_rec/docs/planejamento_financeiro.pdf). Acesso em: 03/03/2018.

ROSSIN, C.; SCHMAL, D.; CALABREZ, T. **A sustentabilidade do setor financeiro**. Rio de Janeiro: IBEF News, 2009.

SAFRA. **Nossos valores são nossos diferenciais**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.safra.com.br/conheca-o-safra/sobre-o-safra.htm>>Acesso em: 20/03/2018.

SALVIANO JR, C. **Bancos Estaduais**: dos problemas crônicos ao PROES.Brasília: BCB, 2004. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/htms/public/Bancos Estaduais/livro\\_bancos\\_estaduais.pdf](https://www.bcb.gov.br/htms/public/Bancos_Estaduais/livro_bancos_estaduais.pdf). Acesso em: 18/11/2017

SANTANDER. **História**. São Paulo, 2010. Disponível em: <**Erro! A referência de hiperlink não é válida.**>Acesso em: 20/03/2018.

SANTOS, M, J.A **história da Caixa Econômica Federal do Brasil e o desenvolvimento econômico, social e político brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2011. <[http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201111011244400.Livro CAIXA\\_T\\_0\\_167.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201111011244400.Livro_CAIXA_T_0_167.pdf)>Acesso em: 15/05/2018.

SCIARRETTA, Toni. Banco surgiu para financiar cafeicultor falido.**Folha online**. 10 jul. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/banespa2000-historia.shtml>>Acesso em: 20/03/2018.

SILVEIRA, S. J. C.; BENEDETTI, O.; RATHMANN, R.; CONCEIÇÃO, O. A. C. **Reavaliando os objetivos e os resultados do Plano Real**. Porto Alegre: Revista Análise, 2005.

SISTEMA DE CREDITO COOPERATIVO. **Histórico**. Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <<https://www.sicredi.com.br/html/conheca-o-sicredi/historico/>> Acesso em: 20/03/2018.

TRICHES, D.; SIMONETTO, M. L. **A análise da condução da política monetária após a implementação do Plano Real**: 1994 a 2004. Disponível em: <[http://www.ucs.br/site/midia/arquivos/TD\\_IPES\\_16\\_MAIO\\_2005.pdf](http://www.ucs.br/site/midia/arquivos/TD_IPES_16_MAIO_2005.pdf) > Acesso em: 04/03/2018.

VIDOTTO, C. A. **Sistema Financeiro Brasileiro nos Anos 90: um balanço das reformas estruturais**. 2002. 198p. Tese (Doutorado em Ciência Econômica)- Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

ZYSMAN, J. **Governments, markets and growth**: financial system and politics of industrial change. Ithaca: Cornell University Press, (1983).

## APÊNDICE

**APÊNDICE A- Rendas com operações de crédito deflacionadas, rendas com prestação de serviços deflacionadas e depósitos à vista deflacionados do Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal no período de dezembro de 1994 a 2017.**

(continua)

Anos	Fator IPCA	BANCO DO BRASIL S.A.			CAIXA ECONOMICA FEDERAL		
		RENDAS DE OPERACOES DE CREDITO	RENDAS DE PRESTACAO DE SERVICOS	DEPOSITOS A VISTA	RENDAS DE OPERACOES DE CREDITO	RENDAS DE PRESTACAO DE SERVICOS	DEPOSITOS A VISTA
dez/94	1	R\$ 4.883.483.267,16	R\$ 466.896.254,36	R\$ 3.736.115.998,57	R\$ 6.710.206.477,68	R\$ 450.958.436,85	R\$ 529.386.456,86
dez/95	0,81	R\$ 4.657.494.701,15	R\$ 693.093.980,89	R\$ 3.702.156.810,74	R\$ 5.336.429.601,20	R\$ 551.017.267,05	R\$ 548.706.527,40
dez/96	0,74	R\$ 1.647.486.998,78	R\$ 879.231.714,05	R\$ 2.392.896.206,38	R\$ 3.506.183.278,26	R\$ 656.230.071,92	R\$ 863.054.371,40
dez/97	0,70	R\$ 3.492.907.576,90	R\$ 902.188.412,47	R\$ 5.965.121.676,93	R\$ 4.253.012.210,83	R\$ 655.466.325,89	R\$ 1.849.288.735,83
dez/98	0,69	R\$ 3.497.475.178,72	R\$ 911.480.018,46	R\$ 6.839.124.590,60	R\$ 4.198.433.121,50	R\$ 764.676.862,56	R\$ 2.022.458.900,14
dez/99	0,63	R\$ 1.989.177.895,48	R\$ 933.040.423,62	R\$ 6.951.968.661,11	R\$ 4.426.553.772,45	R\$ 810.856.943,81	R\$ 2.081.734.972,67
dez/00	0,60	R\$ 1.596.538.238,76	R\$ 1.060.607.848,12	R\$ 8.582.776.355,32	R\$ 3.305.354.860,07	R\$ 808.318.835,46	R\$ 2.295.923.625,29
dez/01	0,56	R\$ 2.638.487.883,79	R\$ 993.909.350,24	R\$ 9.527.953.933,85	R\$ 836.432.787,35	R\$ 998.663.643,20	R\$ 2.493.646.482,51
dez/02	0,49	R\$ 3.227.214.039,03	R\$ 1.025.251.802,48	R\$ 11.026.152.924,77	R\$ 1.031.020.403,18	R\$ 1.105.135.230,60	R\$ 2.570.658.126,30
dez/03	0,45	R\$ 3.432.410.119,12	R\$ 1.208.346.456,58	R\$ 11.531.631.328,91	R\$ 1.203.436.297,13	R\$ 1.063.988.353,41	R\$ 2.273.556.342,13
dez/04	0,42	R\$ 3.244.762.587,42	R\$ 1.291.741.141,06	R\$ 11.440.934.900,28	R\$ 1.277.238.946,47	R\$ 1.074.327.373,34	R\$ 2.529.442.374,58
dez/05	0,40	R\$ 3.617.515.357,78	R\$ 1.439.378.301,23	R\$ 12.705.433.938,79	R\$ 1.637.991.064,56	R\$ 1.050.362.555,75	R\$ 2.776.702.022,54
dez/06	0,38	R\$ 3.847.496.108,67	R\$ 1.602.960.671,24	R\$ 14.341.724.139,29	R\$ 1.810.188.528,03	R\$ 1.092.504.833,85	R\$ 3.357.665.296,49
dez/07	0,37	R\$ 4.375.028.093,28	R\$ 1.700.599.207,15	R\$ 17.913.604.704,70	R\$ 1.736.596.386,07	R\$ 1.288.266.478,93	R\$ 4.297.812.254,11
dez/08	0,35	R\$ 6.341.736.488,17	R\$ 1.672.085.210,81	R\$ 16.843.838.800,07	R\$ 2.100.044.515,09	R\$ 1.289.799.298,06	R\$ 4.640.583.245,85
dez/09	0,33	R\$ 5.857.314.839,06	R\$ 1.761.089.910,74	R\$ 18.236.005.829,60	R\$ 2.550.096.411,97	R\$ 1.574.459.642,95	R\$ 5.628.493.671,58
dez/10	0,31	R\$ 7.332.720.502,46	R\$ 1.961.645.793,28	R\$ 19.391.133.087,64	R\$ 3.416.425.800,69	R\$ 1.717.962.219,23	R\$ 6.241.675.993,29

**APÊNDICE A- Rendas com operações de crédito deflacionadas, rendas com prestação de serviços deflacionadas e depósitos à vista deflacionados do Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal no período de dezembro de 1994 a 2017.**

(conclusão)

Anos	Fator IPCA	BANCO DO BRASIL S.A.			CAIXA ECONOMICA FEDERAL		
		RENDAS DE OPERACOES DE CREDITO	RENDAS DE PRESTACAO DE SERVICOS	DEPOSITOS A VISTA	RENDAS DE OPERACOES DE CREDITO	RENDAS DE PRESTACAO DE SERVICOS	DEPOSITOS A VISTA
dez/11	0,29	R\$ 8.045.325.770,62	R\$ 2.170.389.622,46	R\$ 16.959.266.225,17	R\$ 4.558.126.517,36	R\$ 1.895.775.195,58	R\$6.851.006.950,02
dez/12	0,28	R\$ 7.583.813.009,84	R\$ 2.142.453.073,55	R\$ 19.469.402.781,78	R\$ 5.031.688.043,11	R\$ 2.047.469.372,70	R\$ 7.725.544.414,86
dez/13	0,26	R\$ 8.289.257.503,10	R\$ 2.114.536.356,65	R\$ 18.214.795.554,65	R\$ 6.708.138.872,72	R\$ 2.236.514.141,36	R\$ 6.704.484.457,31
dez/14	0,25	R\$ 10.151.065.322,72	R\$ 2.164.687.764,93	R\$ 16.329.397.153,99	R\$ 8.699.780.381,74	R\$ 2.363.957.960,78	R\$ 6.760.678.629,98
dez/15	0,22	R\$ 11.531.583.238,95	R\$ 1.907.888.819,38	R\$ 12.540.050.833,76	R\$ 10.292.675.903,75	R\$ 2.394.404.579,87	R\$ 6.189.576.020,27
dez/16	0,21	R\$ 9.750.480.489,94	R\$ 1.898.082.398,14	R\$ 12.615.397.136,14	R\$ 10.171.315.266,92	R\$ 2.422.880.180,64	R\$ 6.785.973.447,80
dez/17	0,20	R\$ 7.467.101.482,08	R\$ 1.897.737.201,44	R\$ 12.466.324.006,70	R\$ 8.422.406.073,89	R\$ 2.609.506.116,35	R\$ 6.696.440.458,93

Fonte: BACEN (2018).

**APÊNDICE B- Rendas com operações de crédito deflacionadas, rendas com prestação de serviços deflacionadas e depósitos à vista deflacionados do Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Banco Itaú BBA S.A. no período de dezembro de 1994 a 2017.**

(continua)

Anos	Fator IPCA	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.			BANCO ITAÚ BBA S.A.		
		RENDAS DE OPERACOES DE CREDITO	RENDAS DE PRESTACAO DE SERVICOS	DEPOSITOS A VISTA	RENDAS DE OPERACOES DE CREDITO	RENDAS DE PRESTACAO DE SERVICOS	DEPOSITOS A VISTA
dez/94	1	R\$ 325.558.159,06	R\$ 25.118.236,74	R\$ 126.326.933,50	R\$ 192.844.702,33	R\$ 34.778.111,74	R\$ 215.787.091,55
dez/95	0,82	R\$ 265.841.917,26	R\$ 36.899.203,56	R\$ 137.082.462,97	R\$ 244.610.055,84	R\$ 42.898.130,18	R\$ 249.823.917,41
dez/96	0,75	R\$ 222.896.407,96	R\$ 48.502.403,95	R\$ 83.980.151,47	R\$ 107.123.251,76	R\$ 45.676.274,59	R\$ 154.767.497,58
dez/97	0,71	R\$ 232.635.227,73	R\$ 45.122.595,87	R\$ 158.035.907,00	R\$ 78.323.379,22	R\$ 47.816.915,44	R\$ 180.065.477,21
dez/98	0,70	R\$ 311.844.799,97	R\$ 52.748.995,14	R\$ 127.955.217,46	R\$ 41.863.236,73	R\$ 55.395.021,05	R\$ 178.421.028,05
dez/99	0,64	R\$ 452.917.293,59	R\$ 46.502.512,88	R\$ 56.198.923,55	R\$ 30.516.482,19	R\$ 33.355.336,47	R\$ 129.760.938,76
dez/00	0,60	R\$ 233.302.726,79	R\$ 47.353.003,67	R\$ 84.986.940,16	R\$ 9.919.016,99	R\$ 11.471.265,75	R\$ 63.399.064,62
dez/01	0,56	R\$ 162.683.180,95	R\$ 34.493.692,43	R\$ 45.813.924,33	R\$ 8.577.807,91	R\$ 8.703.106,82	R\$ 61.174.516,05
dez/02	0,50	R\$ 389.104.758,04	R\$ 21.973.313,24	R\$ 63.716.247,33	R\$ 6.065.620,58	R\$ 6.991.073,97	R\$ 43.211.873,13
dez/03	0,46	R\$ 124.376.325,98	R\$ 91.556.709,32	R\$ 133.806.234,96	R\$ 5.683.942,35	R\$ 6.659.345,58	R\$ 37.135.390,87
dez/04	0,42	R\$ 108.149.097,83	R\$ 113.858.216,21	R\$ 78.941.624,17	R\$ 1.403.446.933,89	R\$ 675.980.270,21	R\$ 4.235.669.881,07
dez/05	0,40	R\$ 104.495.389,86	R\$ 142.327.123,23	R\$ 22.510.024,40	R\$ 1.948.478.314,96	R\$ 814.608.864,08	R\$ 4.594.098.310,53
dez/06	0,39	R\$ 86.635.580,06	R\$ 145.421.277,27	R\$ 22.723.473,79	R\$ 2.080.475.385,33	R\$ 803.331.046,53	R\$ 5.714.331.604,63
dez/07	0,37	R\$ 98.833.324,08	R\$ 153.860.738,21	R\$ 32.942.800,21	R\$ 2.385.521.510,17	R\$ 817.774.958,06	R\$ 8.633.290.806,34
dez/08	0,35	R\$ 249.947.454,11	R\$ 177.845.150,45	R\$ 38.066.387,02	R\$ 3.070.112.680,88	R\$ 796.222.646,43	R\$ 5.764.026.701,33
dez/09	0,34	R\$ 195.864.567,58	R\$ 188.959.465,71	R\$ 45.756.025,80	R\$ 541.582.773,53	R\$ 85.664.877,46	R\$ 12.204.910,38
dez/10	0,32	R\$ 216.930.118,45	R\$ 201.225.589,14	R\$ 32.642.497,40	R\$ 617.881.657,34	R\$ 79.996.593,94	R\$ 22.145.232,12
dez/11	0,30	R\$ 273.490.819,19	R\$ 210.657.513,59	R\$ 46.371.214,49	R\$ 580.152.306,40	R\$ 75.111.808,11	R\$ 20.792.990,59
dez/12	0,28	R\$ 312.150.922,14	R\$ 196.398.763,10	R\$ 31.273.098,40	R\$ 610.078.407,45	R\$ 82.892.447,34	R\$ 46.445.151,59
dez/13	0,27	R\$ 223.072.212,66	R\$ 210.494.338,18	R\$ 62.685.976,44	R\$ 740.354.747,14	R\$ 92.288.808,81	R\$ 55.415.676,31

**APÊNDICE B- Rendas com operações de crédito deflacionadas, rendas com prestação de serviços deflacionadas e depósitos à vista deflacionados do Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Banco Itaú BBA S.A. no período de dezembro de 1994 a 2017.**

(conclusão)

<b>dez/14</b>	0,25	R\$ 237.848.715,02	R\$ 236.269.605,27	R\$ 41.352.768,38	R\$ 36.760,94	R\$ 83.380.554,06	R\$ 52.078.745,87
<b>dez/15</b>	0,23	R\$ 279.150.785,47	R\$ 225.684.369,20	R\$ 75.333.607,07	R\$ 5.931.621.255,92	R\$ 1.623.157.503,16	R\$ 3.775.180.356,47
<b>dez/16</b>	0,21	R\$ 204.382.508,69	R\$ 256.894.439,48	R\$ 73.640.473,60	R\$ 5.094.979.657,32	R\$ 1.653.652.141,77	R\$ 3.317.733.682,07
<b>dez/17</b>	0,21	R\$ 193.683.002,05	R\$ 232.878.056,44	R\$ 49.605.063,67	R\$ 4.515.364.895,85	R\$ 1.723.821.617,71	R\$ 3.787.915.200,56

Fonte: BACEN (2018).

**APÊNDICE C- Rendas com operações de crédito deflacionadas, rendas com prestação de serviços deflacionadas e depósitos à vista deflacionados do Banco Banorte S.A., Banco BCN S.A. e Banco Bamerindus no período de dezembro de 1994 a 2003.**

Anos	Fator IPCA	BANCO BANORTE S/A		
		RENDAS DE OPERACOES DE CREDITO	RENDAS DE PRESTACAO DE SERVICOS	DEPOSITOS A VISTA
dez/94	1	R\$ 294.671.192,16	R\$ 13.585.795,88	R\$ 25.217.449,13
dez/95	0,82	R\$ 203.478.258,56	R\$ 17.106.338,08	R\$ 23.403.160,40
Anos	Fator IPCA	BANCO ESTADO RIO DE JANEIRO		
		RENDAS DE OPERACOES DE CREDITO	RENDAS DE PRESTACAO DE SERVICOS	DEPOSITOS A VISTA
dez/94	1	R\$ 201.130.500,25	R\$ 30.551.485,38	R\$ 237.415.220,82
dez/95	0,82	R\$ 197.258.399,95	R\$ 36.561.265,67	R\$ 265.829.292,57
dez/96	0,75	R\$ 39.759.846,07	R\$ 16.583.818,75	R\$ 298.273.386,80
dez/97	0,71	R\$ 81.839.328,15	R\$ 48.128.192,76	R\$ 351.091.705,85
dez/98	0,70	R\$ 44.579.880,63	R\$ 36.693.239,62	R\$ 238.735.504,73
dez/99	0,64	R\$ 42.397.559,37	R\$ 46.171.873,81	R\$ 197.246.155,75
dez/00	0,60	R\$ 55.710.989,16	R\$ 49.623.178,02	R\$ 233.820.614,56
dez/01	0,56	R\$ 83.206.028,51	R\$ 52.496.274,48	R\$ 263.120.098,73
dez/02	0,50	R\$ 90.317.261,69	R\$ 50.689.466,15	R\$ 267.090.979,06
dez/03	0,46	R\$ 105.035.480,47	R\$ 41.715.216,60	R\$ 246.156.397,69
Anos	Fator IPCA	BANCO BCN S.A.		
		RENDAS DE OPERACOES DE CREDITO	RENDAS DE PRESTACAO DE SERVICOS	DEPOSITOS A VISTA
dez/94	1	R\$ 435.654.283,76	R\$ 15.695.545,66	R\$ 54.604.885,22
dez/95	0,82	R\$ 415.117.457,44	R\$ 22.200.879,53	R\$ 55.398.584,04
dez/96	0,75	R\$ 285.628.308,15	R\$ 29.968.245,39	R\$ 87.707.455,25
dez/97	0,71	R\$ 383.774.056,24	R\$ 33.525.317,96	R\$ 243.500.060,55
dez/98	0,70	R\$ 397.612.560,59	R\$ 38.704.064,19	R\$ 210.399.727,95
dez/99	0,64	R\$ 370.921.885,82	R\$ 35.763.765,98	R\$ 227.334.379,17
dez/00	0,60	R\$ 335.858.609,21	R\$ 37.920.553,30	R\$ 263.381.045,72
dez/01	0,56	R\$ 445.660.306,73	R\$ 45.279.613,62	R\$ 340.695.650,35
dez/02	0,50	R\$ 688.302.495,53	R\$ 49.655.834,23	R\$ 452.435.094,16
dez/03	0,46	R\$ 376.591.824,19	R\$ 43.718.639,08	R\$ 378.492.856,69
Anos	Fator IPCA	BANCO BAMERINDUS		
		RENDAS DE OPERACOES DE CREDITO	RENDAS DE PRESTACAO DE SERVICOS	DEPOSITOS A VISTA
dez/94	1	R\$ 1.489.266.809,23	R\$ 115.463.411,81	R\$ 1.274.650.322,06
dez/95	0,82	R\$ 1.352.372.543,86	R\$ 137.275.612,58	R\$ 1.522.716.603,82
dez/96	0,75	R\$ 628.932.476,95	R\$ 150.715.429,00	R\$ 1.602.529.916,47
dez/97	0,71	R\$ 89.243.416,65	R\$ 154.675.324,49	R\$ 1.769.271.215,03

Fonte: BACEN (2018).



**APÊNDICE D - Rendas com operações de crédito deflacionadas, rendas com prestação de serviços deflacionadas e depósitos à vista deflacionados do Banco do Estado de São Paulo S.A. e Banco Bradesco S.A. no período de dezembro de 1994 a 2017.**

(continua)

Anos	Fator IPCA	BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. BANESPA			BCO BRADESCO S.A.		
		RENDAS DE OPERACOES DE CREDITO	RENDAS DE PRESTACAO DE SERVICOS	DEPOSITOS A VISTA	RENDAS DE OPERACOES DE CREDITO	RENDAS DE PRESTACAO DE SERVICOS	DEPOSITOS A VISTA
dez/94	1	R\$ 3.256.328.093,19	R\$ 115.463.411,81	R\$ 1.274.650.322,06	R\$ 1.955.656.489,79	R\$ 283.251.133,01	R\$ 2.071.268.225,01
dez/95	0,82	R\$ 3.420.826.339,87	R\$ 137.275.612,58	R\$ 1.522.716.603,82	R\$ 2.202.841.781,38	R\$ 419.471.181,18	R\$ 2.183.286.810,33
dez/96	0,75	R\$ 2.894.709.687,31	R\$ 150.715.429,00	R\$ 1.602.529.916,47	R\$ 1.197.064.431,46	R\$ 401.369.374,17	R\$ 1.716.445.080,77
dez/97	0,71	R\$ 4.143.570.671,87	R\$ 154.675.324,49	R\$ 1.769.271.215,03	R\$ 1.680.489.333,93	R\$ 474.427.456,27	R\$ 3.424.609.096,44
dez/98	0,70	R\$ 483.030.115,44	R\$ 174.662.917,89	R\$ 1.348.594.933,24	R\$ 1.778.788.317,80	R\$ 582.934.722,38	R\$ 3.239.717.330,42
dez/99	0,64	R\$ 479.010.288,41	R\$ 171.151.881,11	R\$ 1.335.957.195,95	R\$ 1.723.940.921,07	R\$ 585.137.439,92	R\$ 3.817.317.294,57
dez/00	0,60	R\$ 406.763.473,98	R\$ 116.415.198,61	R\$ 1.441.901.065,54	R\$ 1.777.446.392,33	R\$ 784.907.478,76	R\$ 3.976.569.103,04
dez/01	0,56	R\$ 512.970.167,33	R\$ 119.009.898,00	R\$ 1.393.275.610,26	R\$ 2.278.787.793,23	R\$ 733.276.618,80	R\$ 4.179.396.864,28
dez/02	0,50	R\$ 479.317.257,83	R\$ 125.265.140,13	R\$ 1.276.677.357,27	R\$ 2.658.337.127,70	R\$ 671.854.056,97	R\$ 5.765.387.621,40
dez/03	0,46	R\$ 475.908.252,28	R\$ 151.248.750,68	R\$ 1.221.841.156,41	R\$ 2.047.973.686,12	R\$ 765.204.511,16	R\$ 5.417.575.163,91
dez/04	0,42	R\$ 507.021.518,78	R\$ 306.736.652,63	R\$ 1.192.585.677,92	R\$ 2.053.837.517,83	R\$ 921.409.401,83	R\$ 6.395.038.552,48
dez/05	0,40	R\$ 641.130.735,19	R\$ 315.974.067,63	R\$ 1.193.195.912,86	R\$ 2.821.128.671,01	R\$ 1.036.888.827,14	R\$ 6.332.278.504,57
dez/06					R\$ 2.912.855.851,02	R\$ 1.116.211.106,43	R\$ 7.865.694.768,24
dez/07					R\$ 3.098.160.804,51	R\$ 1.209.271.760,04	R\$ 10.566.599.522,25
dez/08					R\$ 4.604.600.812,81	R\$ 975.535.146,14	R\$ 9.582.552.783,83
dez/09					R\$ 3.961.176.382,86	R\$ 971.680.746,87	R\$ 11.528.637.658,30
dez/10					R\$ 4.495.484.413,70	R\$ 1.032.626.432,17	R\$ 11.386.811.684,23
dez/11					R\$ 4.220.979.244,21	R\$ 969.571.760,48	R\$ 10.691.505.376,02
dez/12					R\$ 4.795.500.741,39	R\$ 1.135.301.993,25	R\$ 10.690.113.195,52
dez/13					R\$ 4.887.676.075,24	R\$ 1.192.036.201,31	R\$ 10.619.262.369,70

**APÊNDICE D - Rendas com operações de crédito deflacionadas, rendas com prestação de serviços deflacionadas e depósitos à vista deflacionados do Banco do Estado de São Paulo S.A. e Banco Bradesco S.A. no período de dezembro de 1994 a 2017.**

(conclusão)

dez/14					R\$ 4.593.358.002,67	R\$ 1.120.256.117,73	R\$ 9.979.809.021,18
dez/15					R\$ 5.689.520.810,98	R\$ 1.276.238.450,61	R\$ 4.937.009.494,01
dez/16					R\$ 5.980.369.619,90	R\$ 1.370.410.384,05	R\$ 6.646.948.824,66
dez/17					R\$ 4.994.037.202,37	R\$ 1.408.032.503,21	R\$ 6.509.387.295,05

Fonte: BACEN (2018)

